

Acção **Socialista**

Nº 1218 - 21 Abril 2004

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



25 DE ABRIL A REVOLUÇÃO QUE FUNDOU A DEMOCRACIA

Foi há 30 anos, no dia 25 de Abril, o início da liberdade e de uma vida em democracia para todos os portugueses. Por muito que alguns queiram, não se pode alterar o significado daquela madrugada, substituindo a celebração da Revolução pela simples e fria análise da evolução do país. A História não pertence a ninguém, antes é património dos portugueses tal como a viveram. O 25 de Abril deve ser recordado e comemorado como um dia de festa para todos e uma esperança num país melhor para as gerações futuras. Com

milhares de cravos nas mãos, com orgulho nacional, com alegria, como vai acontecer com as iniciativas marcadas para todo o país pelo PS. O 25 de Abril foi o início de uma caminhada para o desenvolvimento, para a integração europeia, para a alternância democrática. Mas foi também o fim da guerra colonial e sobretudo da ditadura. Para a esquerda, para o PS, o 25 de Abril será sempre o dia da utopia, que se cumpre lutando por mais prosperidade, emprego, justiça social, solidariedade, liberdade e democracia. **5**

EUROPEIAS

Apresentada no Porto lista de candidatos ao Parlamento Europeu **3**

ENTREVISTA

Paulo Casaca:
“Cada vez mais é o regime iraniano que manda no Iraque” **12**

QUEIXA

PS contesta em tribunal slogan de campanha da direita **6**

PARLAMENTO

Seguro exige transparência nas contas públicas **7**



**Pré-campanha
Europeias 2004**

Agenda de Sousa Franco

27 de Abril - 21.30h

Debate com militantes do PS em S. João da Madeira

29 de Abril - 21.30h

Conferência organizada pela Associação Industrial de Braga

30 de Abril

Visita ao Distrito de Leiria (com António Costa)

2 de Maio

Visita a Cinfães (com Elisa Ferreira e Francisco Assis), Resende, Lamego (almoço), e Arouca (com António Costa e Fausto Correia)

A EVOLUÇÃO DO INISTRO ORAIS ARMENTO

Não sei o que fazia o ministro da Presidência antes do 25 de Abril, e nunca lhe perguntei “onde estava nesse dia”... Mas quem tem memória, ou quem teve a sorte de não ter sido deixado na ignorância que o ministro demonstra, sabe que, há 30 anos atrás, o que aconteceu em Portugal foi mesmo uma REVOLUÇÃO. Basta ver no dicionário:

“Revolução, s.f.: Revolta, Sublevação” - Não foi isso o que fizeram os militares que aderiram ao Movimento das Forças Armadas seguindo os capitães de Abril?

“Revolução: mudança na Constituição de um Estado; transformação das suas Instituições” - Não foi isso o que o 25 de Abril permitiu, acabar com uma ditadura de mais de quatro décadas, abrir caminho à democracia, com uma nova Constituição e instituições livremente eleitas pelo POVO?

Claro que sim. 25 de Abril de 1974 foi o dia da revolta que continha todo o fermento duma REVOLUÇÃO, excepto a violência. Uma violência previsível para pôr fim à nossa longa, mesquinha e antiquada ditadura, que ergueu barreiras ferozes às mudanças económicas, sociais e culturais que a Europa e o Mundo desenvolviam, que perseguiu todos os que discordavam, questionavam ou queriam aprender; os que queriam justiça e os que rejeitavam a guerra colonial; os que queriam sair do país e alguns dos que queriam voltar.

Uma ditadura sem evolução, porque evoluir não é dar uns toques de cosmética apenas para manter a máscara velhíssima de

“apagada e vil tristeza” com que amordaçava Portugal. Uma ditadura que queria os portugueses pobrezinhos mas honestos, analfabetos e emigrantes, combatentes em África contra os africanos, anti-europeus, antiprogressistas, caladinhos, conformados.

Só uma REVOLUÇÃO podia acabar com isto.

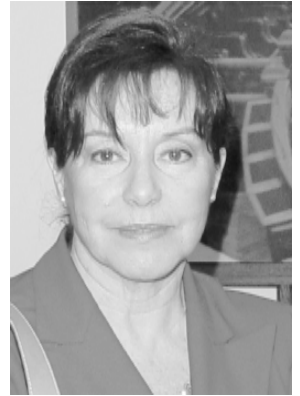
A 25 de Abril – que ninguém esqueça – um punhado de soldados e oficiais fez-nos conhecer a LIBERDADE; devolveu-nos a responsabilidade da CIDADANIA plena, abriu-nos de novo aos desafios do mundo.

Ficará sempre connosco a REVOLUÇÃO DOS CRAVOS, e não importa que alguns achem isso uma ingenuidade saloia, pouco conforme às vivências modernças e à bacoca leveza com que tapam fórmulas batidas de “sucesso a todo o custo” e novos esquemas de controlo das nossas vidas e consciências...

Negar a REVOLUÇÃO é fazer o velho truque de reinvenção da História e apagamento dos seus protagonistas.

Se hoje somos o país de que as estatísticas traduzem as mudanças, à Revolução o devemos.

E porque não desistimos de ser esse país nascido a 25 de Abril, nem precisamos de nova REVOLUÇÃO para prosseguir a EVOLUÇÃO que merecemos: bastam umas eleições para dar ao Inistro Orais Armento muito mais tempo para estudar História e Português.

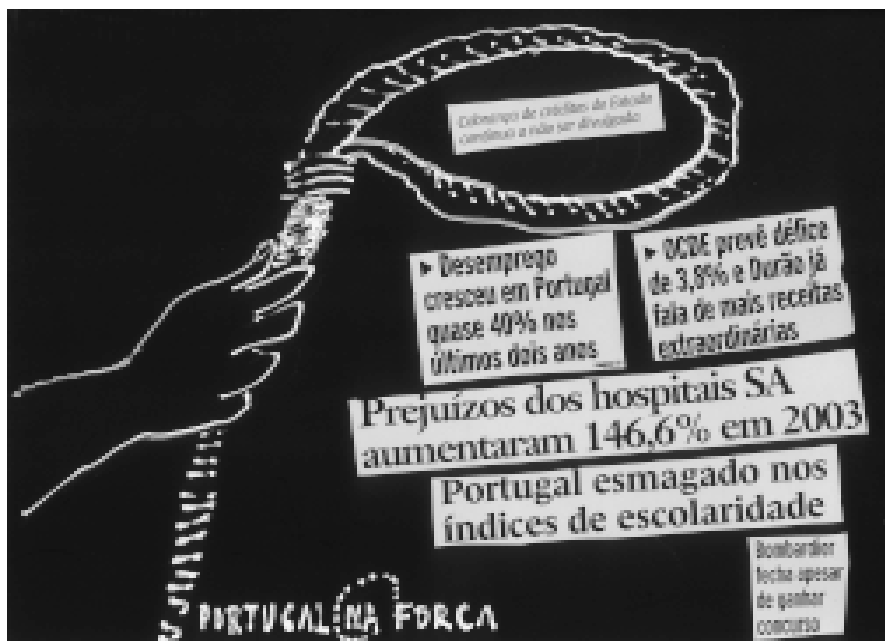


MANUELA MELO

VICE-PRESIDENTE DO GP/PS

PORTUGAL NA FORÇA

ANTOONIO COLAÇO



PS - Qualquer semelhança com outro polémico slogan eleitoral... é mera coincidência

LISTA DE CANDIDATOS AO PE APRESENTADA NO PORTO

UMA EQUIPA EXCELENTE PARA LUTAR PELA EUROPA E POR PORTUGAL

A lista de candidatos do PS ao Parlamento Europeu "constitui uma equipa excelente que irá lutar por uma Europa e por um Portugal melhor". Foi desta forma que o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, apresentou, no Porto, os candidatos às eleições europeias, numa cerimónia em que intervieram também o cabeça-de-lista, Sousa Franco, e Francisco Assis, na sua dupla qualidade de líder da distrital do Porto e candidato.

Para Ferro Rodrigues, a lista socialista, além de reflectir a preocupação de distribuir pessoas competentes por áreas de intervenção e com representatividade regional, é também caracterizada por ter fortes tradições europeístas. "Todos vão dedicar-se, em Bruxelas como em Portugal, ao combate político", afirmou.

O secretário-geral do PS criticou também duramente os partidos da coligação, "por estarem a desvalorizar as eleições para o Parlamento Europeu" e, dessa forma, "a contribuir objectivamente para o aumento da abstenção", como se viu no sucessivo adiamento da apresentação do cabeça-de-lista.

Ferro Rodrigues defendeu o modelo social europeu e uma Europa mais forte a nível mundial, capaz de regular a globalização. O líder do PS considerou ainda fundamentais estas eleições europeias para que os portugueses possam mostrar um cartão amarelo por "estes dois anos de des governação". "O país está farto da arrogância e da incompetência que grassa no Governo", afirmou.

Candidatos à altura dos compromissos

Também Sousa Franco elogiou os candidatos, considerando que eles "estão à altura dos compromissos que o PS assumiu com os portugueses". "Esta é a única proposta europeísta em que os portugueses podem votar", afirmou,



considerando que as eleições de dia 13 de Junho representam uma escolha clara de Portugal na Europa, para que a globalização que agora existe a nível planetário possa dar lugar a uma ordem mais justa e solidária.

"Só a União Europeia, em parceria estratégica com outras regiões, pode transformar a ordem unilateral do caos numa ordem de liberdade, justiça e paz. Para isso é preciso apostar na União Europeia", sublinhou.

Com efeito, o cabeça-de-lista do PS considerou que estas eleições, que tradicionalmente apresentam uma elevada abstenção, justificam só por esse facto a existência de um grau de esclarecimento maior, pelo que, campanhas curtas, como pretende a coligação PSD/PP, "acabam por prejudicar o país, porque não facilitam a compreensão do que está em jogo actualmente na União Europeia". É muito: um alargamento sem precedentes na história da União Europeia, a aprovação de

um tratado constitucional, a votação da nova Comissão, a decisão sobre as perspectivas financeiras que vão determinar os montantes atribuídos aos Fundos Estruturais e ao Fundo de Coesão.

Daí que Sousa Franco tenha considerado que a fase de pré-campanha eleitoral é fundamental para promover o diálogo com os portugueses e mostrar quão importante

é o seu voto no dia 13 de Junho. De resto, Sousa Franco assumiu também o compromisso dos eleitos prestarem periodicamente contas aos eleitores, de forma a que haja mais proximidade com os cidadãos.

Referindo-se a Portugal, o cabeça-de-lista socialista afirmou que o estado das finanças nacionais "é grave, ao contrário da situação



consolidada que o Governo do Partido Socialista deixou".

Sousa Franco apelou ao voto no PS, para que os portugueses possam mostrar a sua insatisfação em relação às políticas do Governo. "Dispensar votos não é uma atitude inteligente. Queremos estabilidade, mas não esta tortura económica e social em que o país foi mergulhado pelo governo PSD/PP", afirmou.

Em vários países – disse ainda –, como em França e Espanha, os europeus deram sinais de não estarem satisfeitos com a recessão económica nem com o seguidismo em relação à Administração Bush. "É preciso que aconteça o mesmo em Portugal", afirmou.

É possível outra política

O líder da distrital do Porto e também candidato ao Parlamento Europeu, Francisco Assis, saudou a escolha de Sousa Franco para cabeça-de-lista, considerando esse facto a evidência de que é possível outra política para Portugal. "Sousa Franco foi alguém que governou com rigor orçamental sem pôr em causa o crescimento da economia e a nossa aproximação à Europa", afirmou.

Segundo Assis, o Porto e a região Norte vivem hoje suspensos entre a depressão e a esperança. Depressão devido ao aumento da pobreza, desemprego e da queda dos rendimentos. Mas também há motivos para que a esperança triunfe, porque, com o contributo do Partido Socialista, são possíveis outras políticas para Portugal e para a Europa. "Não somos periféricos. Com boas políticas, temos condições para promover um desenvolvimento para uma sociedade mais próspera e justa. Basta haver as políticas adequadas", considerou.

Para Francisco Assis, "nunca como hoje se sentiu tanto a necessidade de uma Europa forte e coesa".

P.P.

IRAQUE

DURÃO INSULTA ESPANHA

As críticas feitas por Durão Barroso à decisão do Governo espanhol de ordenar a retirada das tropas que se encontram no Iraque são "injustas e graves". Esta é a reacção do secretário-geral do PS às declarações do primeiro-ministro.

Ferro Rodrigues, que no passado dia 16 de Abril foi ao Porto para participar na cerimónia de apresentação da lista de candidatos do PS às eleições europeias, considerou que "dizer que não se compra segurança com posições dúbias é insultuoso para a Espanha, para a democracia espanhola, para os espanhóis e para o novo chefe do Governo".

O líder dos socialistas acusou Durão Barroso de utilizar indevidamente o nome de Portugal para expressar uma opinião



peçoal, tal como já tinha feito quando participou num comício de apoio ao PP de José María Aznar, durante a campanha

eleitoral espanhola.

Segundo Ferro, ao ordenar a retirada das tropas, "Zapatero limitou-se a dar

cumprimento a um compromisso eleitoral", ressaltando que como o forte de Durão não é o cumprimento dos seus compromissos eleitorais, "é natural que ele se espante quando isso acontece".

Ferro Rodrigues aproveitou a ocasião para manifestar ao novo líder do Governo espanhol "a amizade e o respeito" dos socialistas portugueses, fazendo votos para que as declarações de Durão Barroso não ensombrem as relações entre os dois países. Entretanto, e após ser conhecida a decisão do Executivo de Zapatero de retirar os seus militares do Iraque e do ministro Figueiredo Lopes ter admitido o prolongamento da permanência das forças da GNR após 30 de Junho, o secretário-geral do PS voltou a defender a necessidade de um mandato

da ONU e da unidade da União Europeia nesta matéria.

Por outro lado, Ferro Rodrigues sublinhou que se fosse ele a decidir só deixaria que a missão da GNR continuasse em território iraquiano com mandato das Nações Unidas.

"Se houvesse eleições, aquilo que diríamos é que a GNR só deveria manter-se no Iraque depois de cumprir o seu primeiro compromisso desde que a situação se altere em termos de mandato e que este seja claramente determinado pela ONU, havendo clara unidade da UE neste contexto", defendeu.

Recorde-se que 30 de Junho é a data prevista para a transferência do poder para os iraquianos.

1º DE MAIO

TENDÊNCIAS SINDICAIS SOCIALISTAS PROMETEM LUTA PELA ALTERNATIVA

As tendências socialistas da UGT e da CGTP acusam o Governo azul/laranja de tudo fazer para diminuir e retirar direitos aos trabalhadores, pelo que fazem um balanço muitíssimo negativo da sua actividade ao longo destes dois anos de mandato.

Em declarações ao "Acção Socialista", Barbosa de Oliveira e Carlos Trindade lamentam as mudanças verificadas no quadro legislativo laboral, as quais tiveram como única preocupação promover o desequilíbrio das relações de trabalho com vantagens para o patronato. Para o representante da tendência sindical socialista da UGT o novo código laboral "é um reflexo da vontade política da direita de apertar os trabalhadores". Segundo Barbosa de Oliveira, "a própria reforma da Segurança Social encetada pelo PS foi desvirtuada com a recente alteração dos subsídios de doença e desemprego e até com a Lei de Bases, que diminui direitos de cidadania aos portugueses mais desprotegidos, para além da passagem arduosa do Rendimento Mínimo Garantido para o Rendimento Social de Inserção".

Já para Carlos Trindade, "a revisão da legislação sobre trabalho tem atentado contra Constituição e tem contrariado todas as promessas feitas por Durão

Barroso" na campanha eleitoral, que não foi ao encontro da contratação colectiva, "fazendo antes a ruptura de uma rede existente e promovendo a extinção do articulado que previne a precariedade dos vínculos laborais".

Assim, ambas as tendências sindicais socialistas prevêem o agravamento das condições de vida dos trabalhadores, com Trindade a sublinhar a regressão ocasionada por uma perda efectiva do poder de compra e pelo desfasamento salarial relativamente à média da União Europeia, enquanto Barbosa de Oliveira acrescenta o acentuar das desigualdades sociais, o aumento galopante do desemprego e o ressurgimento do fantasma da pobreza extrema e da fome. "Portugal está pior do ponto de vista social, as pessoas estão mais pobres e mais desprotegidas", afirmou.

Como factos mais gravosos das políticas da direita, os responsáveis pelas TSS da UGT e da CGTP apontam a redução do subsídio de doença, "que em vez de prevenir o absentismo incentiva as baixas prolongadas", a pseudo-recompensa de mais três dias de férias aos mais assíduos, esquecendo a avaliação e distinção dos tipos de faltas e a reforma apressada da Administração Pública, "feita à custa de muitas centenas de milhares de



funcionários", como faz questão de salientar Barbosa de Oliveira.

Por seu turno, Carlos Trindade aborda a questão do desemprego chamando a atenção para duas vertentes: a da natureza do fenómeno e a da sua expressão estatística.

"Temos actualmente 500 mil pessoas sem emprego", refere, clarificando que este drama familiar é também um flagelo nacional uma vez que afecta negativamente o desenvolvimento do país", disse.

Trindade destaca ainda que o desemprego em Portugal, ao contrário do que acontece na Europa, afecta principalmente os quadros jovens, com elevada formação académica e valorização profissional. Citando o exemplo da Bombardier, lembra que com o encerramento desta empresa, "a última metalúrgica pesada no país, 400 trabalhadores que ficaram sem emprego, sendo que 100 são engenheiros".

O responsável pela TSS da CGTP acusa ainda o Governo de paralisar a actividade

da Inspeção-Geral do Trabalho.

Como alternativas a toda esta política de precarização e desregulamentação, Carlos Trindade defende o investimento público não só no emprego, mas também na formação e qualificação dos trabalhadores, nos termos da política activa delineada nos governos de António Guterres, "baseada no diálogo com os parceiros sociais e no respeito por eles, bem como na expurgação de todas as matérias negativas da legislação laboral".

Por seu lado, Barbosa de Oliveira confessa não acreditar que as orientações governativas mudem, porque "as políticas são feitas pelas pessoas". Depositando as suas esperanças nas eleições legislativas, afirma que "para mudar políticas é preciso mudar de Governo". Dada a actual situação, os sindicalistas socialistas levarão para as comemorações do 1º de Maio uma bandeira fundamental: a da luta persistente pela construção de uma alternativa política que deve ter o seu primeiro sinal já nas próximas eleições de 13 de Junho. A luta a favor do emprego em condições dignas e justas será outro tema que não ficará arredado das comemorações.

MARY RODRIGUES

DESEMPREGO FEMININO EM DEBATE

No âmbito das comemorações do 1º de Maio, o Departamento Nacional das Mulheres Socialistas promove, na segunda semana de Maio, no Porto, uma mesa redonda subordinada ao tema "Quando o desemprego se escreve no feminino".

Este evento visa reunir os parceiros sociais (UGT, CGTP-IN, CAP, CCP, CPT e CIP) com um grupo de investigadores e militantes para diagnosticar o impacto do desemprego na população activa feminina, discutir as suas causas e especificidades, bem como apontar boas práticas e formas de intervenção que ao longo dos tempos se têm verificado eficientes na minimização deste flagelo.



UGT DENUNCIA INCAPACIDADE DO GOVERNO EM PROMOVER A COESÃO

Passados dois anos de governação de direita, João Proença acusa o Executivo de Durão Barroso de não dar quaisquer sinais de tentar procurar um acordo em sede de concertação social, "limitando-se a fazer meras declarações políticas formais, mas com evidente e fraco empenhamento".

O secretário-geral da UGT, em entrevista ao "Acção Socialista", apontou as frequentes dificuldades de consenso com que a central se depara na mesa das negociações em sede de concertação social, ao mesmo tempo que sublinha o facto da direita "revelar uma clara incapacidade para compreender que Portugal precisa de um esforço sério de coesão".

"A recessão que o país sofre tem agravado as desigualdades sociais, mas o Governo apenas dirigiu a sua acção em prol do controlo do défice, esquecendo que a prioridade deveria ter sido a aposta no emprego e falhando até na consolidação da contas públicas", observou, responsabilizando o Executivo pelo agravamento da actual crise económica.

Confiante no futuro do movimento sindical em Portugal, João Proença garante que os sindicatos continuam "fortes" e "activos" na negociação colectiva, "vivendo as dificuldades dos trabalha-



res e zelando pela preservação dos seus direitos.

"O sindicalismo português continua vivo e de boa saúde", reafirmou, lembrando que o nosso é o País do Sul da Europa onde se regista uma maior taxa de sindicalização.

Em vésperas das comemorações do 1º de Maio, 30 anos depois de Abril, o líder da UGT lembrou que a festa de 1974 foi a maior de todas, ressalvando que hoje esta efeméride preserva a sua importân-

cia, "apesar dos ataques sofridos ao longo de 48 anos de ditadura fascista". "Em liberdade, esta festa ganha um novo significado", declarou, apontando para o manifesto que a União Geral de Trabalhadores preparou para as comemorações deste ano e onde propõe "sindicatos fortes" a favor dos trabalhadores e contra o desemprego.

No documento, a UGT afirma que o Dia do Trabalhador surge, em 2004, num contexto particularmente preocupante, "perante o agravamento do desemprego, a perda dos salários reais, o aumento da pobreza e o bloqueio da negociação colectiva".

A central, por outro lado, reivindica uma aposta, por parte do Governo, "no combate às violações da lei e à economia paralela, frisando a necessidade de garantir um melhor futuro para os jovens, condições de vida digna para os idosos, igualdade de oportunidades e integração dos imigrantes, empresas competitivas e investimento na formação e qualificação dos recursos humanos.

"O 1º de Maio é dia de luta, mas também é dia de festa", concluem, saudando também o alargamento da União Europeia e a longevidade da democracia e da liberdade sindical.

M.R.

COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL

31 ANOS DO PS 30 ANOS DE DEMOCRACIA

Um jantar no dia 23, quinta-feira, pelas 20 horas, no salão nobre da histórica associação A Voz do Operário, organizado pela Concelhia de Lisboa, é o ponto alto das comemorações do PS de duas datas tão significativas para todos socialistas: o 19 de Abril de 1973, fundação do partido na Alemanha, e o 25 de Abril de 1974, data da Revolução dos Cravos que pôs fim à ditadura no nosso país.

Esta iniciativa contará com a presença do secretário-geral, Ferro Rodrigues, do candidato ao Parlamento Europeu, António Costa, dos fundadores do partido, de dirigentes nacionais, federativos e concelhios, e autarcas, bem como dos capitães de Abril Vasco Lourenço e Marques Júnior, entre outros. Mas as comemorações socialistas dos 31 anos do PS e dos 30 anos do 25 de Abril não se esgotam neste jantar, havendo por todo o país um vasto e diversificado conjunto de iniciativas promovidas pelas federações, concelhias e secções, e que o "Acção Socialista" dá conta.

Porto

No passado sábado, dia 16, a Federação do PS/Porto organizou uma sessão comemorativa da fundação do PS, em que participaram Francisco Assis, Vieira da Silva e António Costa. Na ocasião foram homenageados mais de 200 camaradas portuenses que perfizeram 30 anos de militância.

Entre tanto, no dia 23 realiza-se na Federação do Porto, pelas 21h30, um debate sobre o 25 de Abril, promovido pela Secção de Cedofeita, que contará com a presença da camarada Helena Roseta. Também no dia 23 as concelhias da Maia e S. Mamede de Infesta realizam jantares comemorativos da Revolução dos Cravos, enquanto no dia 24 é a vez das Concelhias de Paredes, Santo Tirso, Valongo e Gondomar organizarem jantares alusivos a esta data. Já a Concelhia de Amarante assinala os 30 anos da Revolução com um almoço.

Algarve

O PS/Algarve realiza no dia 25, em S. Brás de Alportel, o já tradicional jantar comemorativo do 25 de Abril e de homenagem aos militantes socialistas com 20 anos de filiação partidária, no restaurante Beira Serra, pelas 20 horas.

Ainda no âmbito das iniciativas da Federação para assinalar os 30 anos do 25 de Abril, vai ter lugar um jantar no dia 24 em Tavira, no restaurante Casa Grande, e uma sessão pública na sede do PS/Vila Real de S. António, pelas 17 horas, que contará com a presença do coronel José Fontão, da Associação 25 de Abril.

Já no dia 23 realiza-se em Lagoa um jantar de homenagem aos autarcas do concelho de Lagoa, com a presença de João Cravinho.

Santarém

No âmbito do ciclo de conferências e outras iniciativas que a Federação de Santarém tem vindo a promover para assinalar os 30 anos da Revolução dos Cravos, vai ter lugar no dia 23 de Abril, na biblioteca municipal de Tomar, às 21 horas, um debate sobre "Democracia e Cidadania", que contará com a presença de Guilherme d' Oliveira Martins e Sérgio Faria,

estando também agendado para o dia 30 de Abril, pelas 21 horas, no auditório da Câmara Municipal de Tomar, um outro debate sobre "Políticas de Mudança", em que participam Jorge Coelho e Idália Moniz.

Madeira

Cerca de 600 militantes e simpatizantes vão participar no sábado, dia 24, num jantar comemorativo do 25 de Abril, que terá lugar no restaurante Encumeada, no concelho da Ribeira Brava. O líder do PS/Madeira, Jacinto Serrão, fará uma intervenção política.

Açores

O PS/Açores assinalou os 30 anos da Revolução com um espectáculo musical no Teatro Ribeira Grandense, na Ilha de S. Miguel, no passado dia 2 de Abril. Na ocasião, o líder dos socialistas açorianos e presidente do Governo Regional, Carlos César, fez uma intervenção política.

Viseu

Cerca de 500 militantes vão participar no dia 2 de Maio num almoço comemorativo dos 30 anos do 25 de Abril, que terá lugar na serra das Meadas, em Lamego, numa organização da Federação de Viseu.

Coimbra

A Federação de Coimbra do PS decidiu festejar o 25 de Abril na Pampilhosa da Serra, para dar "força aos militantes socialistas do concelho e denunciar a desastrosa política seguida pela câmara local, do PSD". Destaque no programa de comemorações para um almoço/convívio, às 13 horas, aberto à população, no parque de merendas do Cadavoso, seguindo-se, pelas 14h30, uma homenagem aos militantes com 25 anos de filiação, que receberão emblemas de prata.

Castelo Branco

No dia 23, no Hotel D. Amélia, vai ter lugar um jantar comemorativo do 25 de Abril, organizado pela Federação de Castelo Branco, que contará com a presença de José Sócrates e Edite Estrela, além dos dirigentes e autarcas socialistas do distrito. Está prevista a participação de cerca de meio milhar de militantes.

Évora

A Federação assinalou o 30º aniversário da Revolução de Abril com a realização no passado dia 23 de um fórum subordinado ao tema "Évora: o distrito, a Europa e o futuro", no auditório da Academia de Música, que contou com a participação de Jaime Gama.

Bragança

No âmbito das iniciativas da Federação de Bragança para assinalar os 30 anos da Revolução dos Cravos, vão realizar-se dois jantares comemorativos que terão lugar em Miranda do Douro e Mogadouro, respectivamente, nos dias 24 e 25 de Abril, pelas 20 horas.

Leiria

Para assinalar os 30 anos da Revolução e os 31 anos do partido, a Federação de Leiria promove um almoço distrital, em Pedregão Grande, no restaurante Lago

Verde, que terá início às 13 horas.

Por sua vez, a Concelhia de Alcobaca organiza um jantar no dia 24, enquanto a Concelhia de Figueiró dos Vinhos realiza um jantar no dia 25 de Abril.

Beja

Organizado pela Concelhia de Beja realiza-se no dia 22, na sede da Federação distrital, um serão/convívio que reunirá militantes para cantarem canções de Abril. Luís Pita Ameixa e José Monge, respectivamente, presidentes da Federação e Concelhia de Beja animam o debate político sobre os 30 anos do 25 de Abril.

Vila Real

Para assinalar os 30 anos da Revolução, a Federação de Vila Real tem agendados dois jantares para os dias 24 e 24 que decorrerão, respectivamente, em Chaves, no hotel S. Francisco de Chaves, e em Valpaços.

Sesimbra

A nova sede do PS/Sesimbra, em Santana, vai ser palco no dia 1 de Maio, de um acto comemorativo dos 30 anos do 25 de Abril e da fundação desta estrutura socialista, que decorrerá entre as 16h30 e as 19 horas. Destaque para a presença dos camaradas Jorge Coelho e Maria Amélia Antunes.

Setúbal

A Federação de Setúbal decorou a sua sede com uma faixa alusiva ao 25 de Abril. Por seu turno, a Concelhia de Setúbal organiza no dia 25 um almoço nas suas instalações.

Tomar

Com o título "Razões de Liberdade", o PS/Tomar agendou um conjunto de iniciativas para assinalar o Dia da Liberdade e os 31 anos da Fundação do PS. Assim, no 25 de Abril, vai realizar-se uma Gala Socialista, às 13 horas, no salão dos bombeiros municipais de Tomar, em que serão distribuídos diplomas aos militantes com 25 e 10 anos de filiação no partido, seguindo-se, pelas 17 horas, na sede do PS/Tomar, a inauguração de uma exposição colectiva de pintura e arquitectura de Deolinda Thain, Armando Marcos, Rui Lopes e Mário Pedro.

Para o dia 1 de Maio está programada uma tarde de convívio na Linhacreira, pelas 18 horas, em que será também debatido o tema "Emprego e Desenvolvimento Económico".

FAUL/Mulheres

No restaurante da antiga FIL vai decorrer no dia 23 de Abril, pelas 21 horas, um jantar comemorativo do 30º aniversário do 25 de Abril, uma organização do Departamento das Mulheres Socialistas da FAUL, que contará com a presença de Jorge Coelho e Joaquim Raposo.

Cadaval

A Secção do PS/Cadaval vai organizar no dia 25, pelas 20 horas, um jantar comemorativo dos 30 anos da Revolução dos Cravos, que decorrerá no Centro Cultural, Desportivo e Recreativo de Chão do Sado.

J.C.C.B.

TRÊS PERGUNTAS A JOSÉ ROMANO

I CONGRESSO DA DEMOCRACIA PORTUGUESA

Impulsionado pela Associação 25 de Abril, realiza-se a 11 e 12 de Novembro, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, o I Congresso da Democracia Portuguesa. O nosso camarada José Romano, um dos responsáveis pelo evento, em resposta ao "Acção Socialista", explicou que o Congresso será uma oportunidade para, durante dois dias, diferentes protagonistas debaterem o futuro do nosso país.



O que se pretende com a realização do I Congresso da Democracia Portuguesa?

Juntares as pessoas e as organizações que pensam e actuam nas áreas da cidadania, das actividades partidárias, associativas, sindicais, de classe, universidades, comunicação social, entre outras, para, em conjunto, reflectir e debater sobre o futuro de Portugal e da nossa Democracia.

Como nasceu a ideia da realização deste evento?

A Associação 25 de Abril é uma ONG dedicada aos temas da Liberdade e da Democracia onde participam alguns milhares de pessoas, militares e civis, homens e mulheres, de todas as idades, das mais diversas famílias ideológicas e

de todas as regiões do país. Pela natureza da nossa associação somos naturalmente tão politizados como apertados. Não tomamos o partido da parte mas interpelamos o todo. Não comentamos a conjuntura, mas questionamos a estrutura – o regime. Estamos, agora como no passado, atentos e activos na vigilância do nosso regime democrático, na convicção de que os valores maiores da Liberdade e da Democracia não são, nunca, valores absolutamente adquiridos, mas que carecem de um cuidado militante. Não são valores acabados ou perfeitos, mas aperfeiçoam-se, com o tempo, com trabalho, com cultura, com cidadania, com a experiência das virtudes da liberdade e com a memória das atrocidades do totalitarismo opressor do passado.

As comemorações do 25 de Abril devem, no nosso ponto de vista, reunir sempre esta dupla valência de evocar o passado, numa lógica de respeito pelos que lutaram pela liberdade e fazendo pedagogia para os mais novos, mas ao mesmo tempo pensar o futuro, promovendo constantemente a melhoria do nosso regime e assim da qualidade de vida do nosso povo. Por isso ao comemorar o 30º aniversário do 25 de Abril de 74, entendemos pertinente convidar os Portugueses para uma reflexão sobre o nosso futuro comum. Do nosso ponto de vista há hoje um espaço vazio, que nos propomos ocupar, de debate entre as diferentes formas de participação cívica e política – partidos políticos com e sem representação parlamentar, associações, sindicatos, estruturas mais informais como o Fórum Social Português, universidades, comunicação social, agentes económicos... e até, naturalmente, com cada cidadão. No final a ideia é muito simples. Queremos apenas criar uma oportunidade para, durante dois dias, estes diferentes protagonistas debaterem o futuro de Portugal.

Quais os objectivos visados e temas propostos para este I Congresso?

Pedimos às pessoas que apresentem comunicações para três painéis: Desenvolvimento; Democracia; Portugal e o Mundo.

**1º CONGRESSO
DEMOCRACIA
PORTUGUESA**

Para informações / inscrições:
Rua da Misericórdia, 95, 1200 271, Lisboa
tel: 21 324 14 20 fax: 21 324 14 29
www.25abril.org
a25a.congresso@25abril.org

ACAMPAMENTO NACIONAL DA JS

FERRO ACUSA MAIORIA DE POPULISMO E MANIPULAÇÃO

Ao misturar deliberadamente política com futebol, como resulta da escolha do seu slogan "Força Portugal" na campanha para as eleições europeias, a coligação PSD/PP entrou nos caminhos do "populismo" e da "manipulação". Para Ferro Rodrigues, não pode haver confusão entre o uso daquela sigla e o termo utilizado pelos portugueses no apoio à selecção nacional. Por isso, o PS vai pedir um parecer à Comissão Nacional de Eleições.

"Continuo a dizer que o populismo é um dos grandes inimigos da democracia e nós corremos o risco populista de a direita tentar confundir deliberadamente o óbvio apoio dos portugueses à selecção nacional de futebol com o apoio à coligação", disse o secretário geral socialista, no encerramento do II Acampamento Nacional da JS, que decorreu de 8 a 11 de Abril, em Olhão. E salientou que "não é por acaso que escolherem o título 'Força Portugal' para a campanha, pois sabem perfeitamente que esta terminologia está muito nos cachecóis e anda na boca das pessoas que vão ao futebol e gostam da selecção".

O parecer que vai ser pedido à CNE, sublinhou, além da motivação política, tem também a ver com o facto de "haver, inclusivamente, várias marcas de importantes multinacionais que patrocinam o Euro 2004, e que têm na sua promoção a expressão 'Força Portugal'".

Por se tratar de "manipulação inaceitável", Ferro Rodrigues considera que deve ser denunciada e publicamente reprovada. Como todas as manipulações, e como se viu em Espanha, "está destinada ao fracasso".

Mas, acrescentou, "é brincar com a democracia e é utilizar instrumentos

populistas que tentam misturar futebol com a política, a selecção nacional com a coligação de direita, que não merece nenhuma vitória".

Reafirmando ser contra qualquer aproveitamento partidário do campeonato europeu de futebol, Ferro Rodrigues sublinhou que, "a haver partidização, quem poderia tirar os seus frutos seria o PS, porque sem o PS não existiria nunca o Euro 2004 em Portugal". O líder socialista, que se encontrava ladeado por Ana Gomes e Jamila Madeira, candidatas ao Parlamento Europeu, do deputado José Apolinário, e de Miguel Freitas e Francisco José Leal, respectivamente, presidentes do PS/Algarve e da Câmara de Olhão, teceu também duras críticas à política económica do Governo, salientando que Portugal enfrenta, desde 2002, uma "estagnação", com o produto interno bruto a crescer apenas 0,8 por cento, contra 2 por cento na média da União Europeia.

Tal significa, adiantou, "uma enorme divergência entre o nosso país e a União", referindo que "mesmo em 2005 crescerá mais um ano abaixo da média da União Europeia, abaixo das performances mínimas necessárias para a convergência, o que representa um horizonte de mediocridade económica



Como se viu em Espanha, toda a manipulação está condenada ao fracasso

e incompetência na gestão das políticas macroeconómicas".

Sublinhando que, em matéria económica, o País "apenas convergiu no desemprego", Ferro Rodrigues recordou que, desde 2002, Portugal tem recebido cerca de dois milhões de contos (10 milhões de euros) por dia para garantir a convergência "e com este Governo não só não o está a conseguir, como está a afastar-se".

Dirigindo-se em particular aos cerca de 300 jovens presentes, disse que estes "não se esquecem que foram enganados pelas promessas do actual Governo", nomeadamente ao nível do emprego, do crédito bonificado à habitação e aumento das propinas sem qualquer melhoria de serviços nas universidades e institutos politécnicos.

Apostar na juventude

Por sua vez, Jamila Madeira, secretária-

geral da JS e candidata ao Parlamento Europeu, salientou que os jovens defendem "a Europa que garante a estabilidade democrática, que exige direitos sexuais e reprodutivos, que garante direitos aos jovens e aos trabalhadores, que protege o ambiente, a Europa de mais e melhor emprego da Cimeira de Lisboa".

E acrescentou que os jovens defendem esta Europa porque não querem a Europa que este Governo nos impinge", ou seja, "a Europa do défice falseado, da fortaleza securitária, que fomenta o medo pelos outros".

Na sua intervenção, Jamila Madeira alertou ainda que "o distanciamento entre o discurso político e as necessidades das pessoas conduz ao populismo e mata a democracia", sustentando que aos jovens socialistas cabe a responsabilidade de "ter respostas para os problemas

das pessoas e sobretudo ouvi-las". Já Ana Gomes, membro do Secretariado Nacional e candidata ao Parlamento Europeu, sublinhou que "a direita não aposta na juventude, aposta na juventude", referindo que, "enquanto em Bruxelas debita a Estratégia de Lisboa que o Governo pôs na agenda europeia, em Portugal desinveste no ensino, na formação dos trabalhadores, na ciência e na investigação, desinvestindo na qualificação dos jovens, para a seguir lhes atirar à cara com as falhas de um sistema educativo que boicota".

Mas, salientou, "os jovens portugueses não são burros, nem vão pela arreata da Direita", e, por isso, "nas eleições para o Parlamento Europeu vão dar a resposta ao Governo, sem abstenções ou votos em branco. Com cartões amarelos, votando PS".

J.C.C.B.

PS CONTESTA EM TRIBUNAL SLOGAN DA DIREITA ÀS EUROPEIAS

O PS apresentou esta semana uma queixa no Tribunal Constitucional contra a coligação PSD/PP por utilizar o slogan "Força Portugal" para a sua campanha e como inscrição nos boletins de voto. O Partido Socialista considera a adopção deste slogan "abusiva", na medida em que ela é também utilizada no âmbito do Euro 2004, gerando-se assim uma confusão de mensagens entre política e futebol.

A queixa foi formalizada esta segunda-feira e surge depois dos partidos da coligação terem anunciado publicamente a sua intenção de



concorrerem às próximas eleições europeias com aquele símbolo, sigla e denominação.

Na base da queixa está o facto do slogan entrar em contradição com as disposições da Constituição da República Portuguesa, no artigo 51º, que estabelece que os partidos políticos não podem usar emblemas que possam ser confundidos com símbolos nacionais. O mesmo acontece em relação às expressões utilizadas.

De acordo com os termos da queixa, a designação "Força Portugal", além de "manifestamente ilegal", é também

inaceitável à luz dos mais elementares princípios da ética, da lealdade democrática e da lisura política".

O documento refere que a confusão que deriva da utilização do slogan induz associações subliminares entre o entusiasmo da generalidade do povo português com a campanha da selecção nacional e a campanha política ou partidária da coligação, o que "é de todo inaceitável e põe em causa, mais uma vez, o princípio da igualdade de oportunidades de acção e propaganda das candidaturas durante a campanha eleitoral".

Para Pedro Adão e Silva, membro do

Secretariado Nacional do PS, trata-se de uma utilização "abusiva e ilegal". Segundo afirma, o paradoxo de tudo isto é que o próprio Governo publicou recentemente o decreto-lei nº 86/2004 de 17 de Abril, que dá protecção jurídica contra aproveitamentos ilícitos em relação ao Euro 2004". Este diploma pretende garantir que "as denominações e símbolos já criados ou a criar para designar este evento desportivo não sejam utilizados, para efeitos publicitários ou comerciais, por entidades que, indevidamente, pretendem usufruir dos valores que lhe estão associados".

SEGURO EXIGE

TRANSPARÊNCIA TOTAL NAS CONTAS PÚBLICAS

António José Seguro desafiou a maioria parlamentar de direita a aceitar a criação de uma comissão independente que fiscalize as contas públicas relativas a 2003, "atendendo aos mesmos critérios que foram seguidos em 2001", durante a governação socialista.

Na sua primeira intervenção como presidente da bancada do PS, Seguro lançou também o repto ao PSD e ao PP de optarem pela transparência mediante a entrega, na Assembleia da República, do documento que a ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite, fez chegar ao comissário Pedro Solbes, texto esse que terá estado na origem do levantamento das sanções contra Portugal por défice excessivo.

António José Seguro insistiu na crucialidade desta fiscalização parlamentar, explicando que o tipo de comissão coordenada pelo Banco de Portugal, "foi boa em 2001, enquanto o PS foi poder", pelo que "também deve servir para o actual Governo". Ao desafio e ao repto as bancadas da maioria nada responderam. "Não podiam ter feito pior", declarou António José Seguro depois de bombardear as bancadas do PSD e do CDS com um conjunto de quadros e estatísticas que constituem prova cabal do descalabro económico em que a



direita tem mergulhado Portugal.

Desemprego crescente, encerramento de empresas, abandono de políticas sociais, regressão e distanciamento do nível de desenvolvimento europeu foram os graves problemas retomados no debate por António José Seguro, que assegurou ser objectivo das iniciativas do PS, a apresentação de "propostas alternativas e de alternância".

Numa intervenção fortemente aplaudida, Seguro prosseguiu a sua forte crítica à política económica seguida pelo Executivo azul/laranja, socorrendo-se

das mais recentes previsões da União Europeia que se aponta para um crescimento superior da Grécia relativamente ao nosso país.

Acusando o Governo de ser o único responsável pelo agravamento desenfreado do desemprego, o líder do GP/PS condenou a insensibilidade da direita face aos problemas dos portugueses mais desprotegidos.

"Vivemos num país em recessão, em divergência com a UE, onde até a tão ansiada redução do défice espera uma revisão em alta por parte de Bruxelas", afirmou.

Na fase do debate que se seguiu, o líder da bancada do PP, Telmo Correia, chamou demagogicamente o cabeça-de-lista do PS às europeias, Sousa Franco, "pai do défice português".

Seguro contra-atacou: "É verdade, temos candidato", garantindo de seguida que o PS está orgulhoso da sua escolha, para depois lembrar que a maioria de direita, a dois meses do sufrágio para o Parlamento Europeu, "só tem um slogan ["Força Portugal"] e que este "não é mais do que a apropriação ilegítima do Euro 2004", um evento que "só veio parar a Portugal graças ao trabalho de um Governo do PS".

MARY RODRIGUES

FOGOS FLORESTAIS

SOCIALISTAS PROPÕEM CRIAÇÃO DE COMISSÃO PARA FISCALIZAR GOVERNO

Os socialistas defendem a criação de uma comissão parlamentar eventual de acompanhamento das medidas governamentais de prevenção e combate aos incêndios florestais.

Na primeira iniciativa do Parlamento Aberto, que levou uma delegação de deputados do PS na passada segunda-feira ao Algarve para avaliar "in loco" a situação na serra de Monchique, os socialistas concluem que o Governo não aprendeu nada com os erros do passado face aos incêndios.

Por isso, o PS marcou um agendamento potestativo para hoje, quarta-feira, para a apresentação de um projecto de resolução que visa criar uma comissão para acompanhar o comportamento do Executivo.

"Não nos resignamos a que todos os anos tenha que haver uma tragédia. Obviamente dirão e bem que esta comissão não vem resolver esses problemas por si só, mas o facto dela existir obriga a que o Governo e a Administração Pública tenham que fornecer informações e sejam obrigados a executar as medidas pelas quais se comprometem", afirmou António José Seguro em Monchique.

O líder do Grupo Parlamentar do PS apelou à maioria para que aprenda a lição

do ano passado e viabilize esta comissão, lamentando que até aqui o Governo tenha marginalizado bombeiros e autarquias, assim como as campanhas de prevenção de fogos florestais.

Comissão de Reflorestação exclui distrito da Guarda

Entretanto, os deputados do PS eleitos pelo círculo da Guarda, Fernando Cabral e Pina Moura, pretendem saber quais os critérios que levaram à exclusão dos concelhos do distrito da Guarda da Comissão de Reflorestação da Beira Interior, uma das quatro comissões constituídas em todo o país para "áreas ardidas vastíssimas e contínuas que requerem um tratamento especial e que

foram fustigadas no último Verão".

Em requerimento dirigido ao Governo, os deputados do PS referem que, como tem sido relatado, e é constante de relatórios oficiais, vários concelhos do distrito da Guarda têm sido fustigados pelos fogos florestais todos os anos, incluindo o de 2003, sublinhando que também na nova Carta de Risco de Incêndios, recentemente conhecida, a quase totalidade da área do distrito da Guarda está inserida no nível "muito alto" de risco de incêndios.

Por isso, Fernando Cabral e Pina Moura afirmam ter sido "com surpresa" que verificaram que nenhum concelho do distrito da Guarda estava incluído na Comissão de Reflorestação da Beira Interior.

PARLAMENTO ABERTO

Esta deslocação do GP/PS a Monchique insere-se no âmbito de uma nova iniciativa encetada pela actual direcção da bancada a que chamou Parlamento Aberto e que tem como objectivo promover deslocações temáticas dos deputados às segundas-feiras em vários pontos do país.

Assim, na próxima segunda-feira, dia 26 de Abril, está já agendada uma deslocação sobre saúde, cujo programa está a ser definido. Certo é que a acção seguinte será centrada na temática do desemprego.

Os pormenores ficarão definidos em reunião do GP/PS que decorria à hora do fecho desta edição.

AEROPORTO DA OTA

APAGADA E VIL DESCRENÇA

Que falta de ambição e de sentido estratégico ao não autonomizar o projecto da Ota do quadro das nossas crescentes dependências de Madrid!



JOSÉ AUGUSTO DE CARVALHO

Governo – e que nos esteja a ser escondido – para que tenham atirado para tão mau destino o projecto estratégico do novo Aeroporto Internacional de Lisboa na Ota.

As desculpas que têm vindo a público não convencem.

Consultei há dias um relatório internacional, datado de Janeiro de 2002, da responsabilidade da Célula de Prospectiva da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas Europeias.

Na página 59 desse relatório, pode ler-se:

"... Madrid exprimiou fortemente a sua oposição a uma estratégica destinada a que Lisboa assumisse um papel mais activo no tráfego aéreo transcontinental".

Lembra o mesmo relatório que os principais aeroportos internacionais da UE estão saturados e que há lugar para aeroportos internacionais na costa Atlântica da Europa.

Que esses aeroportos podem exercer um papel importante na gestão do tráfego intercontinental.

E que Lisboa devia tirar partido da sua excelente posição.

Na página 146, em síntese, são destacados seis elementos essenciais à consolidação de Lisboa – e obviamente de Portugal – no contexto europeu, um dos quais é, nada mais do que:

– "A confirmação da região de Lisboa enquanto ponto de ligação intercontinental sobre a costa atlântica".

Mas Madrid exprimiou fortemente a sua oposição...

O relatório é datado de Janeiro de 2002.

Castela, demonstradamente, não conseguiu convencer os governos PS. Mas, pelos vistos, conseguiu convencer os partidos da actual maioria e – quem sabe? – ainda na oposição.

O ministro confrontado pelo "Diário de Notícias", de 22 de Setembro, sobre a nossa possível função de placa giratória, no domínio aeroportuário, respondeu que não somos centro de coisa nenhuma.

Mas, a nossa posição geográfica não nos permite trabalhar para um papel central nas ligações intercontinentais com, pelo menos, África e as Américas?

De facto, não é seguramente com a Portela – mesmo que completada com a OTA para "charters" – que Portugal exerce qualquer papel de plataforma logística – à escala intercontinental – na fachada atlântica da Europa. Esta questão exige pois as seguintes perguntas:

– Que contrapartidas para Portugal é que este Governo obteve do Governo do castelhano senhor Aznar para subverter o projecto da OTA?

– Foi a "luz verde" para o projecto prioritário n.º 16 – Ligação multimodal Portugal/Espanha, a caminho da Europa, para reforço da centralidade ibérica de Madrid?

Que falta de ambição e de sentido estratégico ao não autonomizar o projecto da Ota do quadro das nossas crescentes dependências de Madrid!

Acresce ser inadmissível que, em democracia, um novo Governo – na transitoriedade dos mandatos – tenha vindo com o propósito de "refundar o país".

É inadmissível que uma decisão vital para o desenvolvimento de Portugal, legitimamente adoptada pelo anterior Governo, seja dada como inexistente por este Governo.

É "uma atitude politicamente muito grave e estruturalmente desastrosa para o desenvolvimento do País", como reconheceu a Comissão Política Distrital de Leiria do PSD, de 31 de Maio último.

É por estas e outras que mora entre os portugueses uma apagada e vil descrença.

REGULAMENTAÇÃO DO CÓDIGO DO TRABALHO

MAIORIA LEGISLA CONTRA A CONSTITUIÇÃO

“Uma incógnita” é como classifica o deputado socialista Artur Penedos o comportamento dos partidos da maioria em relação ao actual processo de regulamentação do Código do Trabalho, alertando que pode haver “uma clara tentativa do PSD e PP de esconder o jogo, como forma de evitar qualquer contestação no 25 de Abril e 1º de Maio”. Em declarações ao “Acção Socialista”, o coordenador do PS da Comissão Parlamentar de Assuntos Sociais faz um balanço muito crítico da postura da maioria sobre alguns dos pontos em discussão. Assim, no que respeita às férias, Artur Penedos lamenta que o Governo não tenha apresentado uma proposta de “clarificação” que eliminasse “qualquer dúvida”, salientando que o PS apresentou já uma proposta para aplicação já este ano dos 25 dias de férias.

“O Governo pratica um embuste se recusar a proposta socialista”, disse, acrescentando que “os empresários que respeitam as novas leis e aplicaram desde 1 de Janeiro o novo modelo devem sentir-se ludibriados” face à posição do Governo.

Já no que respeita à licença de maternidade e paternidade, o deputado socialista acusou o Governo de “vender gato por lebre” ao anunciar que iria aumentar a licença de quatro para cinco

meses, quando agora vêm dizer que “concederá os cinco meses mas só vai pagar quatro”. O PS, referiu, “não aceita qualquer perda de retribuição” e “rejeita liminarmente este modelo imposto pelo Governo, ainda por cima sem ter consultado, como devia, os parceiros sociais”.

Também o modo como a maioria pretende regulamentar o encerramento temporário de empresas merece do PS as mais “sérias reservas”, uma vez que, segundo Artur Penedos, “se esta questão não for tratada com cuidado podemos estar perante uma situação de ‘black-out’, configurando assim uma clara violação da Constituição”. Por isso, adiantou, “o PS vai apresentar propostas tendentes a eliminar qualquer tentativa de que o encerramento temporário de empresas sirva para aplicar o ‘black-out’”.

Por outro lado, o deputado socialista contesta ainda a interpretação que o Governo pretende dar ao regime de pluralidade das infracções, salientando que “o PS entende que pluralidade são várias, enquanto o secretário de Estado do Trabalho tem vindo a dizer que é uma elevada a dois”. Ou seja, explica, “não podemos concordar que seja aplicada a mesma coima a uma empresa com 50 trabalhadores a quem o patrão não paga horas suplementares em relação a outra



Para evitar contestações no 25 de Abril e 1º de Maio, a maioria esconde o jogo em relação à regulamentação do Código do Trabalho

com dois trabalhadores na mesma situação. Não há uma graduação da gravidade da infracção quanto ao número de trabalhadores vítimas de uma infracção”.

Quanto à protecção dos dados pessoais, outro dos pontos polémicos em discussão, Artur Penedos revê-se na posição da Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNDP) que chamou recentemente a atenção da Assembleia da República para um conjunto de situações, referindo que “o PS vai adoptar todas as propostas que

aquele organismo formule no seu parecer em matéria de controlo dos testes genéticos e biométricos, exames de retina, impressão digital, entre outros”.

Discriminação dos trabalhadores da Função Pública

Entretanto, o PS manifestou a sua satisfação com a devolução ao Parlamento do diploma do contrato individual de trabalho, acusando o Governo de “legislar contra a Constituição”.

Artur Penedos considerou que o “chumbo” desta proposta de lei constitui “uma derrota de um Governo que legisla sempre contra os mesmos, os trabalhadores, precisamente aqueles que tem de motivar, no âmbito da reforma da Administração Pública”.

O deputado socialista lamentou ainda que não se tenha aproveitado esta oportunidade para expurgar outras situações de “constitucionalidade duvidosa” como a possibilidade de despedimento colectivo e de aplicação do “lay-off” na Função Pública, que o PS “rejeita liminarmente”.

Também os termos em que os contratos de trabalho podem ser considerados nulos foram alvo das críticas de Artur Penedos, que lamentou que o presidente do TC “não tenha considerado inconstitucionais aspectos que configuram uma clara discriminação em relação a todos os outros trabalhadores do País”.

Assim, explicou, “a ausência do nome e da morada da entidade patronal torna, no sector privado, o contrato nulo, enquanto esta lei estabelece que na Administração Pública o contrato é também nulo, só que o trabalhador fica sem o seu posto de trabalho, o que configura uma dualidade de critérios inaceitável”.

J. C. CASTELO BRANCO

EDUCAÇÃO

PS DEFENDE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR

O PS exige a introdução de 14 pontos “fundamentais” na Lei de Bases da Educação, cuja proposta está em discussão na Assembleia da República. O socialista reafirmam assim o seu empenhamento na construção de um quadro normativo para o sector educativo que exprima um consenso social e político alargado e que colha também as opiniões de todos quantos participaram na discussão pública desta matéria. Mas, da parte do PS, “só é possível um consenso se ficarem claramente salvaguardados, na lei, princípios essenciais para uma democratização efectiva da organização do sistema educativo”.

Augusto Santos Silva explicou à Comunicação Social que o PS se “recusa a dar um voto favorável a qualquer texto que ponha em risco o princípio da autonomia e participação democrática da gestão das escolas, ou que diminua a responsabilidade do Estado na garantia de uma rede de escolas públicas”.

Segundo o deputado, nenhum dos pontos defendidos pelos socialistas está salvaguardado na proposta de lei do Governo. Na discussão na especialidade, o PS pretende que se fixe a tutela pedagógica e técnica única do Ministério de David Justino sobre a educação pré-escolar e que a organização do ensino especial obedeça aos princípios da escola inclusiva.

Os deputados socialistas exigem igualmente que a Lei de Bases da Educação mantenha unificada a estrutura curricular dos 7º, 8º e 9º anos, que as escolas sejam dirigidas por órgãos colegiais, eleitos e representativos de docentes, pais e encarregados de educação, estudantes (ao nível secundário) e membros da comunidade. É ainda fundamental para o PS que a direcção executiva das escolas seja assegurada por docentes, que a vontade de cada comunidade escolar prevaleça no processo de designação da sua direcção executiva, e que os conselhos pedagógicos das escolas tenham poderes efectivos. A Lei de Bases deverá ainda valorizar a formação de adultos, bem como a articulação entre educação e formação profissional.

Quanto ao ensino superior, o PS defende que deve adequar-se aos princípios de construção de um espaço europeu e que devem ser removidas as barreiras administrativas ao desenvolvimento do ensino politécnico.

“Na proposta de lei do Governo a discutir na quarta-feira faltam este pontos. Ou são incluídos ou o PS não pode dar o seu acordo”, declarou Augusto Santos Silva. Segundo o deputado, se os 14 pontos da proposta socialista forem incluídos o texto final será uma boa Lei de Bases da Educação.

Por outro lado, a forma encontrada pelo

Governo para aumentar as vagas nos cursos de saúde no ensino superior público, foi alvo de críticas do PS, que também qualificou como um “logro” a intenção do Governo de aumentar o sucesso escolar em Matemática e Física. Augusto Santos Silva, ex-ministro da Educação socialista, enunciou as várias razões que justificam o descontentamento do PS face ao documento apresentado pela ministra da Ciência e do Ensino Superior que sustenta a política de vagas para o ensino superior e ao anúncio de

uma campanha para aumentar o sucesso escolar nas disciplinas de Matemática e Física.

Apesar de concordar com o aumento do número de vagas nas áreas das ciências da saúde, tecnologia e artes, o PS discorda que isso seja conseguido com cortes em áreas “onde há procura e os candidatos apresentam notas excelentes de candidatura, como psicologia”.

Os socialistas discordam ainda da utilização de um critério administrativo e da imposição de uma manutenção global

do número de vagas oferecidas.

“Este critério não premia a qualidade nem atende aos cursos com procura qualificada ao longo dos anos”, continuou.

Para o deputado socialista, os cursos que têm procura e boas notas de candidatura devem continuar a crescer no número de vagas, ao contrário dos cursos sem procura e com más notas.

Quanto ao anúncio pela ministra Graça Carvalho de um conjunto de medidas para aumentar o sucesso escolar em matemática e física, enquadradas na aposta governamental nos cursos científicos e tecnológicos, Augusto Santos Silva considerou estarmos perante “um logro”, porque, explicou, “este Governo diz que quer desenvolver os clubes de ciências e matemática quando é de sua exclusiva responsabilidade a paralisação dos projectos de ciência viva (divulgação científica nas escolas) desde 2002”.

“É também um logro porque é este mesmo Governo que na revisão curricular do ensino secundário diminuiu o peso da formação científica mesmo nos cursos gerais de ciências e tecnologias”, acrescentou.

O deputado do PS referiu ainda que a nova revisão “torna possível que um aluno possa acabar o curso secundário em ciências sem ter física e química ou mesmo biologia”.

AS 14 EXIGÊNCIAS SOCIALISTAS

- Promover a democratização da educação e garantir uma rede de escolas públicas;
- Colocar a educação pré-escolar sob a tutela pedagógica e técnica única do Ministério da Educação;
- Organizar a educação especial obedecendo aos princípios da escola inclusiva;
- Manter unificada a estrutura curricular dos 7º, 8º e 9º anos, orientando-a na perspectiva do prosseguimento de estudos;
- Obedecer aos princípios e regras de autonomia e de participação democrática na administração e gestão das escolas;
- Assegurar que a direcção das escolas tenha por base órgãos colegiais, eleitos e representativos de docentes, pais e encarregados de educação, estudantes (ao nível secundário) e membros da comunidade;
- Garantir que a direcção executiva das escolas seja assumida por docentes;
- Fazer prevalecer a vontade de cada comunidade escolar no processo de designação da sua direcção executiva;
- Consagrar poderes efectivos aos conselhos pedagógicos das escolas, na sua área de competências;
- Valorizar a educação e a formação dos adultos;
- Promover a articulação entre educação e formação profissional;
- Institucionalizar a formação pós-secundária;
- Adequar a organização do ensino superior aos princípios de construção de um espaço europeu do ensino superior;
- Eliminar as barreiras administrativas ao desenvolvimento do ensino politécnico.

PS PROPÕE NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS AUTÁRQUICAS



O PS vai apresentar no Parlamento um projecto-lei das finanças locais que visa dar mais autonomia, equilíbrio e flexibilidade às autarquias na utilização das receitas de forma a que sejam menos dependentes das verbas oriundas de investimentos imobiliários.

Assim, o primeiro passo será dado ainda este mês, com a criação de um grupo de trabalho, coordenado por Guilherme d'Oliveira Martins, que está incumbido de apresentar a versão final da proposta para uma nova lei do financiamento das autarquias até ao início do próximo ano, anunciou o presidente do Grupo Parlamentar do PS, António José Seguro, no final de um jantar de trabalho com os presidentes das federações, em que participaram também Vieira da Silva e Jorge Coelho.

Segundo António José Seguro, esta iniciativa legislativa surgiu devido "à necessidade de melhorar e adequar o funcionamento das autarquias", a um

"novo ciclo".

"Hoje há novos desafios que se colocam relativos ao ordenamento do território e ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável", referiu, que exigem por parte das autarquias "um salto qualitativo" para dar resposta a esta nova realidade, muito diferente da "primeira geração" de políticas autárquicas centradas no investimento em saneamento básico e abertura de vias de comunicação. O líder da bancada socialista manifestou ainda o desejo que a actual maioria "seja sensível" e tenha uma "postura construtiva" em relação a esta iniciativa socialista, a qual espera ver aprovada num clima de grande consenso.

Candidaturas com regras objectivas

Em relação às próximas autárquicas

foram abordados alguns aspectos gerais visando a posterior definição de uma estratégia nacional.

Sobre a metodologia de escolha dos candidatos socialistas a presidentes de Câmara, Jorge Coelho reafirmou que serão seguidas "regras objectivas".

"Ninguém será candidato a presidente de qualquer Câmara pelo PS sem um acordo entre as respectivas concelhias e federação e sem o aval de mim próprio, que representarei nesse processo o secretário-geral, Ferro Rodrigues", salientou.

Quanto ao calendário para a escolha dos candidatos autárquicos socialistas, Jorge Coelho referiu que nenhuma data se encontra ainda definida, embora considerasse "desejável" que esse processo interno se encerre na maioria dos concelhos até ao final deste ano.

J. C. C. B.

O País relativo

ZAPATERO PRESIDENTE

O terrorismo intelectual do costume continuará a dizer que os espanhóis votaram com medo e cederam ao terrorismo



FILIPE NUNES

Na semana que passou, o socialista José Luis Rodríguez Zapatero tomou posse do cargo de presidente do Governo espanhol. Esta não foi uma tomada de posse como qualquer outra. Representou a primeira resposta democrática a uma certa forma de fazer política que tem caracterizado, ultimamente, os governos de direita na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Da lei da selva que vigora em Guantanamo às mentiras sobre as armas de destruição maciça, são vários os episódios que minam a confiança nas democracias. Se, em nome do combate ao terrorismo, abdicarmos de princípios democráticos

básicos, então estaremos já a falar de outro regime qualquer. Não se pode é «defender dos valores da democracia liberal» atacando-os sistematicamente. Na sequência dos atentados terroristas de 11 de Março, em Madrid, assistimos a mais uma tentativa de manipulação de uma opinião pública por parte de um Governo democrático. Morreram 200 pessoas. Podia ter sido a ETA. Podia ter sido a Al-Qaeda. Podia ter sido outro bando de criminosos qualquer. A questão não é essa. A questão é que já com informações sólidas a apontarem a pista da Al-Qaeda, o senhor Rajoy, candidato a primeiro-ministro do PP, e pessoa supostamente bem informada, limitava-se a partilhar com os espanhóis os seus estados de alma: «Foi a ETA: é apenas a minha convicção moral». O próprio presidente Aznar, em conferência de Imprensa, interrogava-se: «Alguém com dois dedos de testa poderia deixar de suspeitar da ETA? É essa a convicção lógica e racional do governo e da maioria dos espanhóis». Como se fosse função de um primeiro-ministro raciocinar como o merceiro da esquina, ou dar palpites como se estivesse no café.

Esta forma desastrosa de fazer política teria a sua piada se não fosse tão desastrosa para a democracia. É evidente que houve aqui má fé. A direcção do PP, na linha do que havia feito no caso Prestige, agiu em função de raciocínios perversos: se for a ETA ganhamos; se for a Al-Qaeda perdemos, porque apoiámos Bush. Como escreveu Jorge Almeida Fernandes, o pior que podia acontecer às democracias era subordinarem a sua política externa à chantagem terrorista. É, aliás, uma ilusão pensar-se que democracias governadas por partidos críticos da política externa de Bush estão a salvo de qualquer ataque: o alvo do fundamentalismo islâmico são valores partilhados por todas as democracias liberais. No entanto, a defesa do direito internacional e do multilateralismo na política externa, tal como o respeito pelos direitos, liberdade e garantias na política interna, não podem ser tratadas como «coisas boas para satisfazer reivindicações de terroristas»; são coisas boas em si mesmas. E são também a única forma séria de combater o terrorismo, como se vê pelos recentes acontecimentos no Iraque.

Muitas coisas podem explicar o surpreendente resultado eleitoral de Espanha. Os politólogos lembram que houve tradicionais simpatizantes do PSOE que em momentos anteriores se abstiveram, mas que desta vez, motivados pela gravidade do momento, foram votar. O terrorismo intelectual do costume continuará a dizer que os espanhóis votaram com medo e cederam ao terrorismo. Parece-me claro que, independentemente das leituras sociológicas, há uma leitura política evidente: como diz o cartaz, «eles mentem, eles perdem». Durante muito tempo, as eleições assentaram em alinhamentos tradicionais (sociais, regionais, religiosos, étnicos, etc.). Surgiram, entretanto, novas clivagens associadas a novos temas (a ecologia, os direitos das mulheres e das minorias, etc.). A viragem brutal do sentido de voto (da esquerda para a esquerda) que se verificou em Espanha, e também nas eleições regionais francesas, parece indicar que muito mais do que velhas e novas clivagens, muito mais do que a conjuntura económica, a exigência quanto à forma como se faz política é o factor mais determinante nas escolhas do eleitorado. Zapatero parece ter percebido isto. Em conformidade com uma promessa eleitoral feita há meses, no discurso da tomada de posse, anunciou a retirada das tropas espanholas no Iraque (sem dúvida, uma medida discutível nesta fase de reconstrução). Quem não parece ter aprendido nada com a lição espanhola é o dr. Durão Barroso, que veio esta semana insultar o presidente do Governo espanhol, acusando-o de «cedência aos terroristas». Já sabíamos que o cumprimento de promessas eleitorais não era o forte de Durão Barroso; agora ficamos a saber que nem para ministro dos Negócios Estrangeiros serve. Nas eleições europeias vai levar um primeiro cartão amarelo, e nas legislativas levará certamente o segundo. O dr. Durão está convencido que, a partir de agora, com um «discurso social» e orçamentos eleitoralistas, ainda ganha as eleições legislativas de 2006. No fundo, vai seguir a receita do professor Cavaco. Ainda não percebeu que o tempo é outro.

www.paisrelativo.blogspot.com

Gabinete de

Estudos

PS

www.ge.ps.pt

Breves

COMISSÃO POLÍTICA

A revisão constitucional e a análise da situação política nacional foram os dois principais pontos da ordem de trabalhos da reunião da **Comissão Política do Partido Socialista**, que se realizou ontem à noite.

Não sendo possível apresentar as principais conclusões da reunião nesta edição, o "Acção Socialista" divulgá-las-á no próximo número.

FEDERAÇÕES

A **FAUL** promoveu, em conjunto com as concelhias do PS, dois debates na Biblioteca de Oeiras, nos passados dias 12 e 14 de Abril.

O primeiro destes encontros, subordinado ao tema "Europa – Espaço de Desenvolvimento e Coesão", contou com a participação da candidata às europeias 2004, Elisa Ferreira, do presidente da distrital socialista de Lisboa, Joaquim Raposo e do presidente do PS de Oeiras, Emanuel Martins.

A **Federação do Baixo Alentejo do PS** editou o seu boletim oficial de Março, onde se destaca a reportagem do seminário realizado em Beja sobre os fundos estruturais e dos desafios do alargamento da União Europeia.

No âmbito das acções descentralizadas do **Secretariado da Federação de Setúbal**, realizou-se, no passado dia 17 de Abril, uma visita para avaliar no terreno da actual situação económica e social do concelho.

No dia 19 de Abril, a Comissão Política Distrital reuniu na sede federativa para discutir, entre outros pontos, o balanço de dois anos de Governo PSD/PP e a alternativa do PS, bem como as próximas eleições europeias de 13 de Junho.

CONCELHIAS

A **Concelhia do PS/Cascais** acusou o autarca laranja António Capucho de "manipulação, habilidade e mentiras", sobre o processo que vai levar à construção de um empreendimento imobiliário da Estoril-Sol à entrada da vila, segundo um projecto que não corresponde ao que fora acordado no protocolo estabelecido em 2002 entre a Câmara Municipal e aquela sociedade.

Em comunicado divulgado no passado dia 11 de Abril, os socialistas de Cascais garantem ser "inédito" que a sala de sessões tenha servido para apresentar à Imprensa um projecto privado que não foi ainda discutido nem aprovado pelos órgãos de poder local.

José Sócrates e Maria de Belém participaram, nos dias 14 e 15 de Abril, nas secções de Ajuda e do Limoeiro, respectivamente, em reuniões de análise de situação política com os militantes destas estruturas socialistas, encontros promovidos pela **Concelhia de Lisboa**.

O presidente da **Concelhia de Pampilhosa da Serra**, Fernando Antunes, apresentou uma proposta, na reunião de câmara de 7 de Abril, aprovada pelo executivo, que recusa em definitivo a instalação no concelho do polémico centro de tratamentos de lixo industrial.

O dirigente manifesta, numa nota à Imprensa, a sua satisfação por este desfecho, onde a vitória pertence ao "bom senso", fundamentado nos pareceres de técnicos qualificados e independentes e confirmado pela Quercus e pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

A **Comissão Política Concelhia de Odiveelas** promoveu, no passado dia 17 de Abril, um fórum sobre "Transportes e Acessibilidades" no Pavilhão Polivalente local, evento onde participaram o autarca Manuel Vargues, o vereador responsável pelo

planeamento urbanístico Sérgio Paiva, o deputado José Junqueiro e o líder concelhio Vítor Peixoto.

Na sequência das visitas ao concelho da Moita que a **Comissão Política Concelhia do PS/Moita** tem vindo a afectar, realizou-se recentemente mais uma iniciativa que contou com a presença de elementos do Secretariado da Federação de Setúbal.

O tema da visita foi o desporto, numa reflexão conjunta com as instituições que contribuem para o desenvolvimento desportivo do concelho, os caminhos percorridos, a situação actual destes e o seu futuro.

A **Concelhia do PS/Leiria** exige que a Câmara Municipal e a Leirispport esclareçam, com "completa transparência", quem são os verdadeiros detentores do capital da SAD do União de Leiria.

O Secretariado socialista, em comunicado divulgado no passado dia 10, considera "não fazer qualquer sentido que uma empresa que mantém relações preferenciais com entidades públicas tenha accionistas-fantasma ou domiciliados em parte incerta".

A **Concelhia socialista de Salvaterra de Magos** denunciou "relações perigosas" existentes entre a câmara local e as estruturas nacionais do Bloco de Esquerda.

O **Departamento federativo de Mulheres da FAUL** promoveram, em conjunto com a **Concelhia do PS/Amadora** um debate sobre "Imigração e Políticas de Integração", encontro em que participaram Celeste Correia, deputada socialista, Rosário Farmhouse, do Jesuit Refugee Service, António Ramos Preto, presidente da Concelhia da Amadora, e Joaquim Raposo, presidente da FAUL.

Neste debate foram abordados os modelos para a gestão da diversidade cultural e a importância da

multiculturalidade. Identificaram-se ainda os problemas da legislação em vigor e da integração dos imigrantes em Portugal, apontando-se os caminhos possíveis para uma cidadania inclusiva.

SECÇÕES

A **Secção de Benfica e São Domingos de Benfica** foi a sufrágio a 18 de Março, realizando-se a segunda volta eleitoral interna a 24 de Março, onde saiu vitoriosa a Lista A, com 147 votos, Fernando Saraiva foi eleito secretário-coordenador.

AUTARQUIAS

Os **vereadores do PS na Câmara Municipal de Lisboa** chumbaram o relatório de gestão de 2003 da autarquia, abstendo-se no que diz respeito às demonstrações financeiras do mesmo ano.

Num debate-balanço sobre a actuação do executivo laranja, o socialista Vasco Franco lamentou a baixa taxa de execução registada e considerou "preocupante" o aumento das dívidas a fornecedores, criticando ainda a ausência no relatório em questão de "um enquadramento introdutório que sintetizasse o que foi feito e que era habitual".

Os **vereadores do PS na Câmara Municipal de Sintra** recomendam ao Governo que retome de imediato as conversações com os operadores dos transportes públicos.

No passado dia 14 de Abril, os socialistas fizeram aprovar uma moção que recomenda ao Executivo que retome de imediato as conversações com os operadores de transporte público com o objectivo de colocar um ponto final nas ameaças que pairam sobre todos os utentes dos transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa.

AGENDA PS

SECRETÁRIO-GERAL

22 de Abril – 20h00 – Ferro Rodrigues vai estar presente no jantar comemorativo do 25 de Abril e da fundação do PS promovido pela Concelhia de Lisboa, que terá lugar na Voz do Operário.

23 de Abril – Ferro Rodrigues participa no Congresso do Partido Socialista Europeu, em Bruxelas.

25 de Abril – 10h00 – Ferro Rodrigues discursa na sessão solene comemorativa do 25 de Abril, na Assembleia da República.

26 de Abril – Ferro Rodrigues vai estar presente na sessão de agradecimento pelo Presidente da República a um conjunto de personalidades, no âmbito das comemorações dos 30 anos do 25 de Abril.

FEDERAÇÕES

25 de Abril – 17h30 – I Encontro de Socialistas da Comunidade Urbana do Oeste, no Centro Cultural e Desportivo de Chão do Sado, que contará com a presença dos presidentes das federações Regional do Oeste e de Leiria, respectivamente, José Augusto Carvalho e José Miguel Medeiros, e do co-fundador do PS Arons de Carvalho.

30 de Abril – 21h00 – Reunião da Comissão Política da Federação do PS/Coimbra.

30 de Abril – 21h30 – Numa organização da Federação do PS/Vila Real, vai realizar-se em Murça, no auditório municipal, uma conferência sobre a Europa, que contará com a presença dos eurodeputados socialistas António Campos e Carlos Lage.

24 de Abril – Encontro autárquico de Portalegre, no qual estará presente o dirigente socialista António Costa.

CONCELHIAS

24 de Abril – 9h00 – Vai ter lugar no auditório do Museu de Tapeçaria Guy Fino um Encontro de Autarcas do Concelho de Portalegre, no qual o camarada António Costa, candidato ao Parlamento Europeu, fará uma intervenção subordinada ao tema "As autarquias na Europa".

8 de Maio – 14h30 – Sob o lema "O progresso e futuro para a nossa terra", vai realizar-se o I Encontro Autárquico da Secção Concelhia do PS de Campo Maior, no Centro Cultural local, que contará com a presença dos dirigentes socialistas Maria de Belém e Jorge Coelho.

3 e 4 de Maio – 21h00 – Com o objectivo de apresentar as iniciativas referentes às eleições europeias e fazer um balanço do actual momento político, a Concelhia de Lisboa vai promover no dia 3 de Maio reuniões nas secções de Alcântara, Ajuda, Belém, Alvalade e Benfica e no dia 4 de Maio nas secções de Carnide, Campo de Ourique e Olivais.

30 de Abril – Sessão pública no Hotel Montechoro, em Albufeira, com a participação do dirigente do PS José Sócrates. Organização conjunta da Comissão Política Concelhia de Albufeira e Federação do PS/Algarve.

8 de Maio – Encontro autárquico em Campo Maior, que contará com a presença do camarada Jorge Coelho.

SECÇÕES

28 de Abril – 21h30 – A recém-constituída Secção de Acção Sectorial da Comunicação Social vai realizar um debate sobre a Rádio, no edifício novo da Assembleia da República, que contará com a presença de José Manuel Nunes, da RDP, e Santos Silva, da Rádio Clube de Cascais.

4 de Maio – 21h30 – A Secção de Benfica promove um encontro/debate sobre as europeias, no auditório da Junta de Freguesia de Benfica, que contará com a participação da dirigente socialista Ana Gomes.

6 de Maio – 21h00 – A Secção da Charneca de Caparica/Sobreda irá realizar uma sessão pública subordinada ao tema "Portugal na Europa", que terá como orador o camarada António Costa.

DEPARTAMENTO DAS MULHERES SOCIALISTAS

5 de Maio – 21h00 – Numa organização dos Departamentos Nacional e da FAUL das Mulheres Socialistas, vai ter lugar um debate sobre a Europa, que decorrerá na sede nacional, no Largo do Rato.

PS PÕE CONDIÇÕES PARA AVANÇAR PARA REVISÃO CONSTITUCIONAL

O PS não avança para a revisão Constitucional sem que primeiro se estabeleça um acordo para rever as leis eleitorais dos parlamentos regionais dos Açores e da Madeira. As propostas do PS, apresentadas em Ponta Delgada por Carlos César, foram ontem analisadas e votadas na reunião da Comissão Política. Para o Partido Socialista, no âmbito do sistema eleitoral das regiões, deve ser garantido o princípio da representação proporcional, a criação de um círculo eleitoral de compensação e a redução do mínimo previsto de 68 para 51 deputados. Defende-se também a criação de um círculo no exterior para os eleitores não residentes, de forma a melhor representar a imensa comunidade açoriana emigrante e a garantia de um deputado entre os eleitos do Parlamento Europeu da força política mais votada a nível regional. Entre as outras propostas do Partido Socialista, destaque para a clarificação na Constituição das competências legislativas das regiões autónomas, de



forma a evitar conflitos entre com o Estado gerados pela "jurisprudência negativa" emanada do Tribunal Constitucional. Carlos César anunciou também que o PS defende a extinção do cargo de ministro da República e a sua substituição por um representante especial do Estado

português, cujas tarefas principais serão as de regular a legislação e o desempenho de funções associadas ao chefe de Estado.

Algumas destas propostas têm sido sucessivamente apresentadas para revisão constitucional, e embora o PSD da Madeira tenha assumido compromissos para a sua adopção, tem sempre acabado por não os cumprir, inviabilizando assim as necessárias alterações legislativas.

Um dos exemplos mais recentes é o que se refere ao chumbo das iniciativas da oposição pelo PSD, depois do Tribunal Constitucional ter chumbado os dois círculos uninominais existentes na Madeira, levando o partido maioritário e os da oposição a assumir o compromisso de rever a Constituição, o que não aconteceu.

Também ficou por concretizar a aplicação do regime jurídico nacional de incompatibilidades para os titulares de cargos políticos.

SOCIALISTAS VILA-REALENSES DENUNCIAM AUMENTO DA CRIMINALIDADE

O PS/Vila Real exigiu do Governo uma nova política que reduza a criminalidade no distrito, que aumentou de 13,4 por cento entre 2002 e 2003, tendo-se registado a cada dia mais dois crimes que no ano anterior.

Em comunicado, a Federação do PS refere que se registaram 6224 crimes em 2003, mais 735 ocorrências do que no ano anterior.

Com base nos dados do relatório de Segurança Interna apresentado na Assembleia da República, os socialistas vila-realenses salientam que os crimes contra o Estado e contra a vida foram os que mais cresceram, respectivamente 52,2 por cento e 32,8 por cento.

Também os crimes contra o património e contra as pessoas aumentaram 14,1 por cento e quatro por cento, respectivamente. Em 2003, foram registadas pelas forças

de segurança 4.288 crimes contra pessoas e património, o que perfaz um delito em cada duas horas.

Segundo o PS, da tipologia de crimes que integra o relatório só os que se referem ao fogo posto sofreram uma diminuição de 2002 para 2003 - menos 4,7 por cento. "Todos os outros tipos de crimes conheceram aumentos significativos, sendo que o furto de veículo motorizado cresceu 64,2 por cento, observando-se o registo de dois furtos por dia se a estes números associarmos as ocorrências de furto em veículo motorizado", salienta o comunicado.

"Já não se pode dizer que o distrito é seguro como acontecia em anos não distantes", referem os socialistas.

O PS alerta ainda para diminuição dos efectivos das forças de segurança dependentes do Ministério da

Administração Interna, a redução dos serviços e das operações e a "tentativa de eliminação" de postos da GNR, o que criou "desestabilização interna".

"Verificou-se ainda um aumento da marginalidade e do consumo de estupefacientes, crescimento do desemprego e aumento expressivo do abandono escolar", refere ainda o comunicado.

Para os socialistas, o isolamento e a existência de milhares de agregados familiares de idade avançada "permitem o trabalho fácil de criminosos" e a ausência de propostas para o combate ao consumo de drogas está a criar "problemas que só se verificam nas grandes cidades". Face a este "balanço trágico" da governação do PSD/CDS-PP, o PS de Vila Real defende serem necessárias "medidas urgentes e uma acção concertada dos diversos ministérios".

ENCONTRO DE AUTARCAS DE CASTELO DE VIDE

GOVERNO VOTA INTERIOR AO OSTRACISMO

Fortes críticas à política económica e social do Governo, responsável pelo descalabro a todos os níveis em que o país se encontra mergulhado, em particular as regiões do interior, marcaram a intervenção do líder do Grupo Parlamentar do PS, António José Seguro, no encerramento do Encontro de Autarcas de Castelo de Vide, no passado dia 17, no Centro Municipal de Cultura.

Na sua intervenção, António José Seguro passou em revista as mafeitorias de dois anos de governação da direita, desde o aumento exponencial do desemprego, à destruição das políticas sociais, passando pelo abandono dos investimentos programados pelo anterior Governo do PS

para as regiões do interior.

O líder da bancada parlamentar do PS referiu ainda que o país vive a mais prolongada recessão, sem quaisquer sinais de retoma, em clara divergência com a Europa.

Por sua vez, o presidente da Federação socialista de Portalegre, Ceia da Silva, manifestou-se indignado com a política do actual Governo em relação ao distrito, lembrando que "os cerca de 120 mil habitantes de Portalegre não aceitam que o investimento programado para esta região do interior pelo anterior Governo socialista tenha ficado no esquecimento".

Ceia da Silva salientou a importância

destes encontros para preparar as próximas eleições autárquicas, pondo os militantes e autarcas a discutir programas e estratégias. "Estas e outras iniciativas são fundamentais para que o PS possa ganhar o máximo de autárquias no nosso distrito", sublinhou.

Já o deputado Miranda Calha voltou a bater na tecla da ausência de qualquer investimento público no distrito de Portalegre, a exemplo do que acontece com todas as regiões do interior, com gravíssimas consequências na coesão territorial, económica e social do país. No encontro estiveram presentes cerca de 80 autarcas socialistas do concelho de Castelo de Vide.

Pelourinho da República



"No meu caso, a actividade política não me viciou muito"

Cavaco Silva, primeiro-ministro entre 1985 e 1995
DNA, 9 de Abril

"Estou contra o sistema que nos governa e consegui encontrar o instrumento por Excelência da contestação: o voto em branco"

José Saramago, candidato ao Parlamento Europeu nas listas da CDU
Expresso, 3 de Abril

"Se a ideia do voto em branco fosse seguida pelos portugueses, nós conseguíamos eleger os 24 eurodeputados"

Carlos Carvalho
Expresso, 3 de Abril

"O Iraque seguro, próspero e governado democraticamente já vem a caminho"

Teresa Gouveia, ministra dos Negócios Estrangeiros
Expresso, 3 de Abril

"Não existe uma política para as cidades. Penso que dentro de uma semana ou duas terei já um documento de reflexão para lançar essa política"

Amílcar Theias, ministro das Cidades
Expresso, 3 de Abril

"Os ministros devem ser para quatro anos"

idem

"O meu sucessor tem dito tantas coisas erradas que a continuidade do meu silêncio poderia ser vista como uma aceitação"

Isaltino Morais, ex-ministro das Cidades

"Um campanha curta é boa para a abstenção"

Pedro Santana Lopes, vice-presidente do PSD
DN, 14 de Abril

"Estou a pensar comprar um Smart para fugir ao trânsito de Lisboa"

Pedro Santana Lopes, presidente da Câmara de Lisboa
24 horas, 13 de Abril

"Quem não cumpre o seu programa não tem moral para ser candidato a nada. É ponto de honra"

Pedro Santana Lopes sobre as presidenciais
DN, 14 de Abril

"Ou cumpro ou então não posso ir-me embora. É ponto de honra"

Pedro Santana Lopes sobre as autárquicas
idem

"Comigo, tudo tem um interesse extraordinário"

idem

"Considero-me libertária de esquerda, com fortes traços católicos e conservadores"

Clara Ferreira Alves, "O Santana, parte II"
Expresso, 3 de Abril

PAULO CASACA EM ENTREVISTA AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

REGIME IRANIANO MANDA CADA VEZ MA

"Cada vez mais é o regime iraniano que manda no Iraque", assegura o eurodeputado socialista Paulo Casaca, que recentemente regressou de uma viagem àquele país onde manteve contactos com diversas entidades, entre as quais se destaca a Associação Nacional das Tribos Iraquianas, que junta cerca de uma centena de dirigentes políticos, tribais, e religiosos. Encontrou-se também com José Lamego, na sua qualidade de membro da Autoridade Provisória da Coligação. Na entrevista que deu ao "Acção Socialista Paulo Casaca aponta erros estratégicos na ocupação do Iraque pelos Estados Unidos e forças da coligação e refere que ninguém pode ignorar a importância das reservas petrolíferas do território como uma das motivações subjacentes à guerra. O eurodeputado considera ainda que seria uma estratégia sensata para reduzir a tensão no país o reconhecimento do patriotismo iraquiano e o papel fundamental dos líderes tribais, um apoio humanitário, que agora, em comparação com o esforço militar, é praticamente nulo, e o desmantelamento das "milícias do fanatismo".



Como surgiu e de quem partiu o convite para se deslocar ao Iraque?

O convite foi da Associação Nacional das Tribos Iraquianas que foi formalmente fundada em Bagdade no passado dia 5 de Abril. Trata-se de uma associação que congrega numerosos chefes tribais e dignitários, líderes religiosos, movimentos políticos e associações da sociedade civil, que tem como fio condutor o nacionalismo iraquiano e o respeito pelas instituições tradicionais e que se opõe ao fundamentalismo e terrorismo promovidos pelo regime iraniano.

Esteve em representação do Parlamento Europeu ou apenas a título particular?

Fui convidado na minha qualidade de deputado ao Parlamento Europeu, e portanto foi na minha função oficial que estive presente, mas não estive em representação do Parlamento enquanto tal.

Quais foram os contactos que estabeleceu?

O principal contacto ocorreu no dia 7 de Abril, na província de Diyala, com um reunião promovida pela Associação Nacional das Tribos Iraquianas que congregou quase uma centena de dirigentes políticos, tribais e religiosos, bem como de numerosas associações cívicas.

Em Bagdade, tive a oportunidade de reunir com o dr. José Lamego, responsável português na Autoridade Provisória da Coligação, onde debatemos a situação política iraquiana.

Tive ainda oportunidade de visitar o campo da organização de oposição iraniana, os Mujahedine do Povo (PMOI)

na área de Bakuba. Trata-se de um campo sob controlo norte-americano onde estão concentrados os antigos guerrilheiros desta força baseada no Iraque, e que se dedicam a numerosas actividades, nomeadamente ao estudo em duas universidades que aí estão a funcionar com professores universitários iraquianos.

Em termos de organização social e urbana este campo é um exemplo no interior do Iraque.

A viagem de cerca de 2500 quilómetros permitiu-me ter também uma ideia um pouco mais clara da realidade iraquiana.

Segundo a sua percepção da realidade, o conflito está sobretudo a aproveitar aos iranianos. Porquê?

O nacionalismo árabe iraquiano, mais do que o regime de Saddam Hussein, era o principal adversário do regime iraniano, e a intervenção aliada foi muito para além da deposição do regime de Saddam. Ao destruir o exército, ao purgar a totalidade dos militantes do antigo partido único (e a militância no partido único era condição necessária para qualquer intervenção pública, mesmo para se exercer a profissão de advogado), ao fazer do Iraque uma colecção de etnias, ao promover dirigentes religiosos controlados pelo Irão para o Conselho Provisório, ao permitir a infiltração de milhares de agentes do regime iraniano, ao bombardear primeiro e desarmar depois a oposição iraniana, ao mesmo tempo que permitiu a criação e armamento das milícias fundamentalistas xiitas, a Coligação permitiu que o regime iraniano se instalasse solidamente em solo iraquiano. Os EUA estarão a gastar um bilião de dólares por semana com a ocupação, mas seguramente não estão a gastar sequer 1

por cento dessa soma com acção social de apoio em dinheiro, em géneros e em saúde aos mais desfavorecidos e financiamento de uma complexa rede de intervenção social. O regime iraniano, pelo seu lado, está a fazer tudo isso, acompanhado de uma evangelização na sua doutrina fanática e antidemocrática. Nessas circunstâncias, ninguém se poderá surpreender que os partidos e forças sociais manobradas pelo regime iraniano sejam hoje, de longe, mais populares e mais fortes – mesmo fora das zonas xiitas – do que quaisquer outras.

Qual a importância que atribui, para o desenrolar das hostilidades, à divisão religiosa entre xiitas e sunitas?

Estou em crer que essa divisão religiosa foi exacerbada pelo Irão, numa lógica muito simples: se os xiitas são 60 por cento da população e se o Irão ou a hierarquia religiosa que este influencia controla os legítimos representantes dos xiitas, então são eles que controlam no Iraque. É contra essa lógica que se ergueu esta organização com a qual me reuni. Trata-se de pessoas que se tomam como patriotas iraquianos e para quem as convicções religiosas ou origens étnicas são questões secundárias.

Conheci aliás, noutro contexto, um iraquiano que, quando lhe perguntei se era xiita ou sunita, me respondeu que a sua religião era um assunto privado entre ele e Deus, e o que interessava é que era iraquiano e orgulhoso de o ser.

E qual está a ser o papel das tribos e dos líderes tribais?

Estou convencidíssimo que é por eles que

passa a alternativa à guerra civil e ou à satelização do Iraque pelo regime iraniano.

De que forma condiciona o petróleo a lógica dos interesses geopolíticos?

Ninguém – seja quem for – no panorama geopolítico dos dias de hoje ignora ou pode ignorar a importância do petróleo e a importância das reservas petrolíferas do Iraque.

Para além da ocupação militar pelas tropas ocidentais, quem manda hoje em dia no Iraque? Cada vez mais, o regime iraniano.

Há algum líder político iraquiano que se esteja a destacar?

Não me parece, e esse é exactamente o grande problema. Chalabi, exilado em quem os EUA depositaram grandes esperanças, não me parece ter uma imagem positiva junto da generalidade dos líderes de opinião e é visto com desconfiança – mesmo com algum desprezo – pela generalidade dos iraquianos com quem falei.

Esteve no Iraque antes desta nova fase de tomada de reféns. Na altura teve indicações de que a guerra poderia entrar neste novo patamar de conflito?

Estive no chamado triângulo sunita, exactamente nos dias em que decorreram os confrontos mais mortíferos (6 de Abril) e no dia em que foram tomados numerosos reféns (8 de Abril).

Não presenciei nenhum confronto armado, mas a tensão era notória. Penso que tive uma clara percepção dos riscos que corria mas, felizmente, consegui

passar as linhas de confronto sem problemas.

É notória a hostilidade contra os ocidentais?

Penso que não. Acho até que fui sempre tratado com imensa cordialidade e deferência por todo o lado e trouxe uma excelente impressão dos iraquianos com quem lidei (mesmo os da guerrilha anti-coligação, em situação muito complexa). O que me parece é que os iraquianos são extremamente orgulhosos da sua pátria e a ideia de estarem sob ocupação militar estrangeira é para uma grande parte deles intolerável e que boa parte dos problemas vem daí, sendo que se levou algum tempo a corrigir erros de palmatória no comportamento das forças ocidentais. Em qualquer caso, parece-me absurdo que não se esteja a intervir em massa na assistência médica e social, bem como nas mais diversas formas de intervenção na sociedade civil, como o está a fazer o Irão. Entre outras coisas, é a maneira mais barata e mais eficaz de se conquistarem as populações e de se assegurar alguma paz.

Quem é o alvo do ódio maior?

A hostilidade dirige-se naturalmente aos EUA, que são o símbolo da ocupação. Em qualquer caso, gostaria de assinalar que encontrei vários iraquianos que viam nos EUA a única forma de evitar a eclosão de uma terrível guerra civil.

Quais as informações de relevo que recolheu e que podem ser úteis do ponto de vista de análise e da solução do problema?

Acho que é vital alterar profundamente a actual política ocidental nos pontos

IS NO IRAQUE



seguintes:

1. Reconhecimento do patriotismo iraquiano como uma força positiva e indispensável e não ver o Iraque como uma colecção de milícias e obediências religiosas;
2. Reconhecimento do papel fundamental dos líderes tribais como fonte de estabilidade e de legitimidade;
3. Aposta imediata numa activa política de apoio humanitário – social e médico – apoio às organizações da sociedade civil, às forças políticas patrióticas, democráticas e antifanáticas, estímulo à pequena actividade económica;
4. Desmantelamento das milícias do fanatismo, controlo e progressivo desarmamento de outras milícias, restabelecimento – tanto quanto for ainda possível – de um exército iraquiano na base do antigo exército e das forças historicamente presentes, como as curdas, não permitindo o entrismo dos elementos fanáticos;
5. Expulsão de todos os agentes dos serviços secretos, guardas revolucionários, dignitários clericais e outros funcionários do regime iraniano, enquadramento do turismo religioso iraniano a Karbala, de forma a evitar que este seja a capa da infiltração das forças iranianas;
6. Limitar a purga do regime aos culpados de crimes de sangue e aos seus mais elevados dignitários, deixando em paz a enorme massa de militantes do antigo partido único;
7. Excluir imediatamente a absurda classificação do PMOI como organização terrorista – é a organização que mais luta contra o terrorismo – e aceitar a sua acção política, desde que não violenta;

8. Assegurar a defesa dos direitos, liberdades e garantias mínimos, nomeadamente acabar com a perseguição aos estabelecimentos ou às pessoas que vendem ou são consumidores de filmes, roupa de estilo ocidental, bebidas alcoólicas ou música ocidental.

Qual poderia ser o papel da União Europeia, enquanto tal, na construção de pontes que pudessem devolver a paz à região?

A União Europeia deveria ser o motor desta alteração de agenda política. Não adianta continuar a discussão das questões que nos dividiram no passado.

Interessa chegar a um consenso quanto às formas de actuação para podermos ter um Iraque estabilizado e livre de fanatismo, respeitando a sua diversidade, democratizado e livre de tentações hegemónicas.

A grave crise internacional que atravessamos é de molde a permitir a futura existência de um verdadeiro ministro dos Negócios Estrangeiros da União Europeia?

Eu penso que estamos há mais de uma década a discutir o problema de uma política externa e de segurança comum como se isso fosse um problema constitucional e jurídico, quando o problema é da ausência de vontade política para ter uma política externa comum.

Enquanto a lógica dominante no pensamento estratégico dos vários líderes europeus for uma lógica de jogo de grandes potências, qualquer ministro dos Negócios Estrangeiros da Europa estará condenado à irrelevância.

VITORINO DEFENDE MAIOR COOPERAÇÃO DA UNIÃO CONTRA O TERRORISMO

“Iremos assistir a novos atentados terroristas na Europa”. O alerta é do comissário europeu para a Justiça e Assuntos Externos, António Vitorino. Nesse sentido, pediu a todos os Estados-membros da União que unam esforços através de uma cooperação multilateral. É que, sublinhou, “só podemos ganhar a luta contra o terrorismo, se houver cooperação”.

Falando na Comissão de Política Externa e Assuntos Europeus da Assembleia da República, Vitorino considerou que a cooperação bilateral, apesar de importante, não é suficiente para fazer frente à “ameaça global de matriz fundamentalista islâmica”.

Neste contexto, salientou que o grande desafio que se coloca aos Estados-membros é conseguir “evoluir progressivamente da relação bilateral para a multilateral”, nomeadamente ao nível das polícias, dos tribunais e dos serviços de informações.

Uma cooperação que, realçou, terá de passar “pela confiança mútua, pela criação de mecanismos de filtragem das comunicações e pela troca incondicional de informações. O comissário europeu defendeu ainda que a luta contra a frente externa do terrorismo não deve sobrepor-se à frente interna, lembrando, a propósito, que dois dos autores dos atentados de Madrid viviam na cidade há oito anos.

Constituição europeia

Por outro lado, António Vitorino declarou-se optimista quanto ao sucesso da próxima cimeira de chefes de Estado



e de Governo que vai debater a futura Constituição europeia, tendo identificado cinco “questões duras” que vão estar em cima da mesa até ao final das negociações.

São elas o processo orçamental, o sistema de ponderação de votos no Conselho Europeu, a futura composição da Comissão Europeia, a introdução da maioria qualificada em matérias que agora exigem unanimidade e as cooperações reforçadas.

EUROPEIAS

MULHERES SOCIALISTAS EM LUTA CONTRA A ABSTENÇÃO

Empenhado na mobilização do eleitorado para o sufrágio de 13 de Junho próximo, o Departamento Nacional de Mulheres Socialistas (DNMS) tem vindo a organizar um ciclo de debates sobre a Europa, chamando a atenção para a importância da participação feminina na definição de novas respostas aos desafios de sociedade e política. Em conversa com o “Acção Socialista” e em jeito de balanço das iniciativas já concretizadas, Sónia Fertzinhos manifestou a sua satisfação pela “grande receptividade” por parte de militantes e dirigentes socialistas face àquilo a que chamou “a primeira volta ao país depois das eleições internas directas” para o DNMS.

A líder das mulheres socialistas assegurou que na assistência destes encontros estiveram também homens “saudavelmente curiosos por saber como funciona na prática o Departamento”, atitude que saudou e que considerou estimulante e proveitosa para o futuro do Partido Socialista.

Satisfeita pela adesão “francamente positiva” que se tem registado a nível interno, face às actividades do DNMS, Sónia Fertzinhos destacou a efectiva capacidade de mobilização para as europeias que os debates têm demonstrado, sublinhando ainda a importância do grande envolvimento nestes projectos por parte dos departamentos federativos de mulheres e das suas presidentes.

Para a presidente do DNMS, estes encontros constituem a prova de que “o PS está na linha da frente do combate à abstenção”, num trabalho continuado de mobilização e dinamização das portuguesas e dos portugueses para que votem nas eleições de 13 de Junho com a consciência de que “essa será a primeira oportunidade de dar um sinal de vontade de mudança política no nosso país”.

“Os portugueses não podem confiar na credibilidade deste Governo para defender em Bruxelas o oposto do que promove em Lisboa”, afirmou, categórica, a líder do Departamento de Mulheres do PS, para quem o Executivo de coligação “é dos piores alunos da Estratégia de Lisboa”, por ter voltado a posicionar o país na cauda da Europa,



“demonstrando deste modo que não tem capacidade estratégica para negociações além fronteiras”.

É da população feminina que Sónia Fertzinhos espera um contributo significativo, uma vez que, lembrou, as mulheres são mais de metade da população portuguesa e, por isso, têm a sua quota de responsabilidade nos destinos do país.

“O PS tem que saber contar com elas e mobilizar a sua força de decisão, tornando-lhes claro que estão na bases dos seus projectos e propostas políticas”, sustentou, defendendo igualmente a necessidade de ter presente, na hora de delinear estratégias, que mulheres e homens são afectados de forma diferente pelo que acontece no seio da sociedade.

O Departamento Nacional de Mulheres Socialistas já realizou um conjunto de sete debates sobre a Europa (Faro, FRO, Leiria, Portalegre, Évora, Madeira e Açores), estando agendados ainda um total de mais 13 encontros subordinados à mesma temática (Castelo Branco, Porto, Braga, Lisboa, Guarda, Vila Real, Coimbra, Viseu, Bragança, Aveiro, Viana do Castelo, Setúbal e Beja), ao longo dos meses de Abril, Maio e Junho.

A MARCHA FORÇADA PARA A CONSTITUIÇÃO EUROPEIA

Está de novo posta em cima da mesa, na agenda política das capitais dos 25, a questão que muitos julgavam definitivamente enterrada, da Constituição europeia

Aquilo que parecia impossível, há umas semanas atrás, está em vias de se concretizar. A Conferência Intergovernamental (CIG), aberta em Outubro do ano passado e concluída em Dezembro, no fracassado Conselho Europeu de Bruxelas, vai muito provavelmente ser convocada a nível ministerial para 17 de Maio, fixando o Conselho de Assuntos Gerais do próximo dia 26 de Abril o calendário de trabalhos que a CIG deverá percorrer até à sua conclusão que se espera positiva no Conselho Europeu de 17 e 18 de Junho.

Concorreram para esta perspectiva

positiva os atentados de Madrid, as posições de abertura dos novos governos espanhol e polaco e o sentimento mal definido de incomodidade que a falta de iniciativa política e diplomática da Europa, face ao conflito no Iraque, espalhou na opinião pública europeia.

O adormecimento europeu, após o impasse de Dezembro passado, foi superado por um acordar sobressaltado nas últimas semanas e, muito particularmente, a presidência irlandesa deu mostras de um alto sentido de responsabilidade, muito para além da expectativa de que era tributária no início do seu mandato, gerindo com discrição e eficácia os obstáculos que impediam uma saída para a crise da Constituição europeia.

À falta de grandes iniciativas internacionais, a Europa retoma o trabalho de casa, condição *sine qua non* para vir a ter o protagonismo político universal de que tão dramaticamente hoje carece.

Está de novo posta em cima da mesa, na agenda política das capitais dos 25, a questão que muitos julgavam definitivamente enterrada, da Constituição europeia.

Não faltam, porém, obstáculos a vencer para que a Europa se dote de uma Magna Carta que organize a democracia continental e consagre uma nova cidadania europeia, elementos indispensáveis para uma política eficaz de luta contra o terrorismo e o crime à escala internacional.

Desde logo, a questão do referendo britânico. Fiel às suas tradições parlamentares, o primeiro-ministro, Blair, nunca quis pôr em causa as prerrogativas do sistema, para a decisão suprema em matéria de vinculação da Grã Bretanha a tratados ou organizações comunitárias e internacionais. Do mesmo modo que nunca considerou as alterações introduzidas pela nova Constituição algo que modificasse, substancialmente, a natureza da relação de pertinência entre a Europa e o seu país. Porém, a reacção dos conservadores à Constituição europeia, na linha do seu eurocepticismo tradicional, ameaçava dividir o eleitorado britânico, transformando-se em arma de arremesso da direita contra o Governo de Blair. E antes que as eleições europeias se percam por causa disso, abrindo caminho para uma derrota eleitoral nas legislativas do próximo ano, o primeiro-ministro atalhou com a novidade de um referendo, depois do acto eleitoral, recentrando o debate político nas questões nacionais.

Seja como for, são de esperar reposições britânicas na negociação final da Constituição, o que não augura, a meu ver, um texto de consenso avançado e à medida dos grandes desafios da Europa. Veremos...

Convém, também, não perder de vista o que a imaginação francesa é capaz de produzir. O Partido Socialista Francês, tão exigente no aprofundamento europeu, agora embalado pela vitória nas regionais, começa a levantar dúvidas¹ sobre o texto constitucional, catalogando-o, como faz a minoritária esquerda eurocéptica, de "*Constituição de Giscard*" e "*Bíblia do liberalismo europeu*"...

No seu seio, e tendo em conta as dificuldades que um referendo pode causar à maioria de direita, há já quem defenda uma consulta popular nacional, estando entretanto praticamente decidido um referendo interno para definir a posição dos socialistas franceses face ao texto a acordar na Cimeira de Junho.

Por muito que se queira, não é possível desligar a política europeia das vicissitudes da política interna que continua, veja-se na Espanha e na Polónia, e agora na Grã Bretanha e na França, a condicionar as opções e as estratégias dos Estados-membros sobre a Europa.

Dito isto, que naturalmente todos percebemos, resta-nos a esperança de que, por isto ou por aquilo, não sejam os socialistas e sociais democratas europeus a impedir o avanço da Europa. Esse papel já tem dono e todos os actores são conhecidos!

¹ De tal forma Olivier Duhamel, um dos mais brilhantes convencionais franceses, por todos reconhecido, professor de Direito Constitucional na Sorbonne, entra no rol dos convencionais excluídos das listas europeias, desta vez pela mão do PSF.



LUÍS MARINHO

Opinião

SOUSA FRANCO

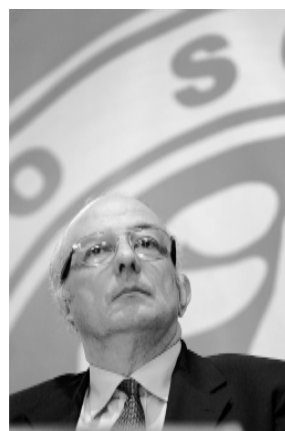
PORTUGUESES DEVEM PENALIZAR GOVERNO PELA PIOR RECESSÃO EM 30 ANOS

"É preciso que os eleitores se manifestem contra um Governo que provocou a taxa de desemprego mais alta da Europa e uma recessão profunda como nunca houve em 30 anos de democracia", afirmou o cabeça-de-lista do PS ao Parlamento Europeu, Sousa Franco, no final de um encontro com militantes em Barcelos, inserido num périplo de dois dias pelo distrito de Braga.

No encontro, em que participaram também os candidatos Elisa Ferreira e António Braga, e Joaquim Barreto, líder de federação, Sousa Franco voltou a criticar o péssimo desempenho económico do Governo com base nos últimos dados conhecidos. "No primeiro trimestre de 2004, os indicadores económicos voltaram a ser negativos, inclusivamente nas exportações, que desceram face a 2003", sublinhou.

Para Sousa Franco, o próximo acto eleitoral deve ser uma ocasião para os portugueses votarem na única força política que é alternativa ao Governo do PSD/PP, que acusou de ter "descarrilado o país nos últimos dois anos".

O ex-ministro das Finanças do Governo do Partido Socialista referiu-se também à candidatura de Deus Pinheiro com ironia. Já é a vigésima ou a trigésima vez



que anunciam candidatos da coligação de direita, o que demonstra alguma desorientação". Não obstante, afirmou, com um jogo de palavras, que "nem com a ajuda de Deus a direita ganhará as eleições".

Um sintoma maior desta desorientação e também do incómodo causado pelas insistentes críticas que têm sido feitas aos partidos da coligação por estarem objectivamente a tentar desvalorizar as eleições europeias, reside no facto de

ainda há uma semana Santana Lopes ter afirmado que o cabeça-de-lista só seria apresentado depois de 25 de Abril.

Sousa Franco defendeu a criação de impostos europeus, substituindo impostos nacionais, de forma a que o orçamento comunitário possa crescer por receitas próprias, sem estar dependente das contribuições da Alemanha ou da França. "É importante que o orçamento comunitário se mantenha e se expanda, pelo que, sem se criarem novos impostos, essa seria a solução", defendeu.

Sousa Franco voltou a defender a necessidade de ser alargado o horário da votação no dia das eleições, referindo que tem havido receptividade à sugestão por parte de alguns dirigentes do PSD e do PP, pelo que seria agora importante que isso correspondesse à respectiva alteração legislativa".

De referir ainda que, na semana passada, Sousa Franco participou no primeiro debate com vários cabeças-de-lista conhecidos, tendo defendido na ocasião a Europa social, em contraponto com as políticas do Governo, que têm provocado um aumento do desemprego e um afastamento desse objectivo em termos europeus.

BRAGA DA CRUZ MANDATÁRIO PORTUENSE PARA AS ELEIÇÕES EUROPEIAS

O mandatário distrital do Porto do Partido Socialista para as eleições europeias será o antigo ministro da Economia do PS, Luís Braga da Cruz. O convite foi feito pelo presidente da

Federação do Porto, Francisco Assis e prontamente aceite.

Segundo Francisco Assis, Luís Braga da Cruz, que também foi presidente da Comissão de Coordenação da Região

Norte, "é uma personalidade de referência, ligada ao processo de desenvolvimento regional e à correcta aplicação dos fundos provenientes da União Europeia".

ANTÓNIO GUTERRES

FORÇAS OCUPANTES LEVAM IRAQUE A BECO SEM SAÍDA

O presidente da Internacional Socialista (IS), António Guterres, acusou as "forças ocupantes" do Iraque de conduzirem este país para um "beco sem saída", apelando por isso a um urgente reforço do papel das Nações Unidas.

Numa conferência promovida, no dia 14 de Abril, em Estocolmo, pelo Partido Socialista Europeu (PSE) e pelo Partido Democrata norte-americano, intitulada "Construir uma aliança global para o século XXI", Guterres manifestou-se "seriamente preocupado com a generalização dos confrontos" no Iraque, que constituem, segundo disse, "um resultado directo dos erros cometidos pelas forças de ocupação".

"As forças de ocupação correm o risco de conduzirem o Iraque para um beco sem saída", advertiu o líder da IS, para quem "já se cometeram erros a mais" desde o início da intervenção militar

anglo-americana.

"Neste momento, a única solução que vejo passa pelo reforço do papel das Nações Unidas e pelo reforço da legitimidade interna da futura autoridade iraquiana, mas mesmo isso está a ficar cada vez mais difícil", declarou.

Falando num cenário após a saída de George W. Bush da presidência dos Estados Unidos, o ex-chefe do Governo português defendeu a necessidade de se "reconstruir a coligação internacional contra o terrorismo".

"Essa coligação internacional deverá empenhar-se em combater efectivamente o terrorismo e não em promover acções militares colaterais completamente contraproducentes", sustentou.

IS condena assassinato de Rantissi

Entretanto, a Internacional Socialista

condenou o assassinato de Abdel Rantissi, dirigente do Hamas, considerando-o um "acto ilegal e inaceitável, levado a cabo pelo Governo de Ariel Sharon".

"Estes assassinatos devem parar. Eles conduzem a mais violência, enfraquecem as forças de paz entre israelitas e palestinianos e fortalecem os elementos extremistas", afirma um comunicado da Internacional Socialista.

A IS considerou, por outro lado, as propostas do Executivo israelita para retirar de Gaza como "um passo na direcção para a qual a Internacional sempre trabalhou".

"A IS encara a retirada por parte de Israel da Cisjordânia e de Gaza e o estabelecimento de um Estado Palestiniano ao lado de Israel, como um objectivo para uma solução definitiva do conflito", afirma o comunicado.

MANUEL DOS SANTOS

COMISSÃO EUROPEIA ALERTADA PARA DEBILIDADES DO TÚNEL DO MARQUÊS

A adjudicação das obras do túnel do Marquês de Pombal não levou em conta as fragilidades estruturais da zona onde os trabalhos estão a decorrer e que constam do programa base para a elaboração do projecto, facto que levanta algumas inquietações por razões de segurança. O alerta foi feito pelo eurodeputado Manuel dos Santos, que pediu à Comissão Europeia esclarecimentos sobre o assunto, na medida em que as obras estão a ser feitas com financiamento comunitário.

O eurodeputado socialista esclarece que a aprovação do concurso público para a empreitada de "Desnívelamento da Av. Duarte Pacheco, R. António de Aguiar e Av. Fontes Pereira de Melo" era bem explícita quanto aos pressupostos que constavam no Programa de Base para a elaboração do projecto.

Refere-se nestes pressupostos a existência de interferências entre os trabalhos de construção do túnel e algumas infraestruturas, o que obrigava os concorrentes à empreitada a apresentarem soluções para o desvio dessas infraestruturas que iriam ser afectadas pela obra.

Referia-se também que teriam de ser apresentadas soluções, com base em



estudos prévios que levassem em consideração todas as especialidades envolvidas, designadamente as que estão relacionadas com o desvio das ocupações do subsolo.

Finalmente, Manuel dos Santos recorda que na empreitada deviam estar incluídos

todos os trabalhos conducentes à totalidade dos objectivos para a execução integral da obra, incluindo os desvios das concessionárias.

É neste contexto que o eurodeputado interroga a Comissão, tendo por base o facto de não haver conformidade entre o

programa base e o caderno de encargos com a proposta que veio a ser contemplada por ajuste directo, sem que aqueles aspectos tenham sido levados em consideração.

Manuel dos Santos pergunta, assim, se "a não conformidade da proposta com

o programa base e com o caderno de encargos, e o próprio facto de a Câmara de Lisboa ter tomado em consideração e encetado as negociações com essa base, prejudicando terceiros que actuaram de boa-fé, não viola o princípio da igualdade de tratamento que decorre da aplicação do direito comunitário?"

Manuel dos Santos explica que em 14 de Março de 2003 a Câmara de Lisboa não adjudicou nenhuma proposta relativa a essa empreitada por todas apresentarem um preço total superior e aprovou que a adjudicação fosse feita por ajuste directo. Com efeito, o recurso ao ajuste directo não pode violar o programa e o caderno de encargos que serviram de base a esse concurso. "Ora – refere o eurodeputado – na análise das propostas, em sede de ajuste directo, a Comissão decidiu que os encargos correspondentes à reposição de infraestruturas não fossem considerados elementos essenciais do contrato".

Assim, Manuel dos Santos pretende saber também se "o recurso ao ajuste directo, feito nos termos relatados, viola o disposto no artigo 7º, nº3, alínea a) da directiva 93/37/CEE e o princípio da livre concorrência".

SÉRGIO SOUSA PINTO

UNIÃO DEVIA IMPEDIR CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE SABOR

A União Europeia devia impedir a construção da barragem de Sabor, que o Governo português tem em perspectiva, porque irá destruir um valioso património natural, sem que represente um ganho significativo em termos de produção de energia, afirma o eurodeputado Sérgio Sousa Pinto numa pergunta dirigida à Comissão Europeia. O eurodeputado afirma que o Governo português se prepara para construir uma barragem de grandes dimensões para o aproveitamento do Baixo Sabor, o que irá afectar dois sítios de grandes

importância ambiental.

A construção da barragem destruirá, segundo o eurodeputado, "um património natural único", afectando habitats de importância comunitária classificados pela directiva Habitats e espécies de aves ameaçadas, protegidas pela Directiva Aves. Não obstante os danos em termos ambientais que a construção da barragem causará, os ganhos energéticos serão reduzidos, "o equivalente a 0,6% do consumo nacional", o que, para Sérgio Sousa Pinto "poderia ser substituído com vantagem por um aumento da taxa

de eficiência energética de Portugal, que é a mais baixa da União Europeia.

Assim, o eurodeputado pretende saber "que medidas a Comissão Europeia vai tomar para impedir este atentado ecológico que o Governo português se prepara para cometer, em violação da legislação comunitária de protecção do ambiente".

Por outro lado, quer saber se a Comissão está disposta a participar no financiamento daquela infraestrutura ilegal, nos termos da legislação ambiental comunitária.

PAULO CASACA

PRODUTORES DE LEITE TRADICIONAIS ESTÃO A SER DISCRIMINADOS

A Comissão Europeia está a discriminar os agricultores e produtores de leite tradicionais em favor dos interesses dos grandes grupos europeus ligados ao sector agro-alimentar, acusou o eurodeputado Paulo Casaca num debate sobre a protecção dos interesses financeiros comunitários e a luta contra a fraude na União, realizado no plenário do

Parlamento Europeu.

"A grande questão é entender porque é que a Comissão Europeia trata com tanta condescendência e deixa impunes grandes grupos agro-alimentares que se dedicam à falsificação de derivados do leite e faz aplicar com severidade penalizações – por meros incidentes administrativos – a agricultores ou leiteiras

artesanais", afirmou o eurodeputado.

Para Paulo Casaca, a Comissão e o seu responsável pela agricultura, Franz Fischer, "não pode ignorar a dimensão de escândalos como o da adulteração de manteiga ou outras fraudes", praticadas contra o orçamento agrícola comunitário através de subvenções à exportação ou de subsídios ao escoamento.

PARLAMENTO EUROPEU PEDE A CUBA RESPEITO PELOS DIREITOS HUMANOS

Na sequência de um apelo feito pelo eurodeputado socialista Carlos Lage, que em finais de Março afirmou no plenário do Parlamento Europeu que não se pode "ficar em silêncio" e que é preciso "repetir constantemente que Cuba tem que respeitar os Direitos Humanos", o presidente do Parlamento Europeu, Pat Cox, escreveu esta semana uma carta ao Presidente de Cuba, Fidel Castro, manifestando preocupação pela situação.

Cox referia-se particularmente à detenção do jornalista e escritor Raúl Rivero, a quem foi atribuído este ano o Prémio Mundial pela Liberdade de Imprensa. Na carta agora enviada, pode ler-se que "o Parlamento Europeu enfatiza que nenhuma lei pode restringir o direito à liberdade de expressão, nem em circunstância alguma impor penas de prisão a indivíduos que a exerçam".

HELENA TORRES MARQUES

CONTRIBUIÇÕES DOS ESTADOS DEVIAM FICAR FORA DO DÉFICE

As contribuições para o orçamento comunitário não deviam contar para o défice de cada Estado-membro, defende numa pergunta à Comissão Europeia a eurodeputada socialista Helena Torres Marques.

A eurodeputada considera que se essa possibilidade existisse, o cumprimento do défice através da redução das contribuições para o orçamento comunitário deixaria de ser um pretexto impeditivo do aumento das receitas nas perspectivas financeiras de 2007 a 2013.

Helena Torres Marques lembrou que o orçamento europeu é essencial para o desenvolvimento equilibrado e coeso da União Europeia e para o prosseguimento de objectivos como o da "Estratégia de Lisboa".

ELEIÇÕES NA SECÇÃO SECTORIAL DE SAÚDE DO PS DE VILA REAL



No passado dia 5 decorreram as eleições para os diferentes órgãos da Secção de Acção Sectorial de Saúde do PS de Vila Real, uma nova estrutura que tem como secretário-coordenador o camarada Jorge Almeida. Segundo o presidente da Federação do PS/Vila Real, camarada Ascenso Simões, "esta recém-criada estrutura insere-se no âmbito da aposta que a Federação vem fazendo na criação de secções sectoriais, tendo sido já constituída a das Comunicações, estando prevista para breve uma sobre Educação, isto para além dos clubes de política que são estruturas concelhias destinadas a discutir questões temáticas que não têm um carácter permanente".

Afonso Candal critica contas da saúde

Por outro lado, no mesmo dia teve lugar uma conferência sobre "Políticas de Saúde", promovida pela Federação de Vila Real, que contou com a presença do deputado Afonso Candal, vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS.

Na sua intervenção, centrada nas contas da saúde, Afonso Candal afirmou que "é imperceptível a falta de transparência das contas da saúde, muito em especial as referentes aos Hospitais SA".

Federação Distrital de Setúbal

Fique a par de todas as actividades do PS no Distrito de Setúbal

Consulte a página da Federação em

www.setubal.ps.pt



CRIADA SECÇÃO DE ACÇÃO SECTORIAL DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Secção de Acção Sectorial da Comunicação Social, recentemente constituída, encontrou-se no passado dia 14 com o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, com o objectivo de o convidar a estar presente num grande encontro sobre Comunicação Social agendado para Outubro e dar a conhecer os objectivos desta novel estrutura.

No referido encontro estarão presentes militantes de todos os pontos do país com ligações à Comunicação Social, membros das secções do PS da RTP e da RDP e do Gabinete de Estudos do PS com interesses nesta área.

Fazem parte do Secretariado desta Secção os camaradas Arons de Carvalho (secretário-coordenador), António Reis, José Manuel Nunes, Cipriano Correia e Sebastião Lima Rego, enquanto Consiglieri Pedroso é o presidente da Mesa da Assembleia Geral. Quaisquer informações sobre esta estrutura poderão ser obtidas através do endereço



electrónico arons@ps.parlamento.pt. Entretanto, no âmbito do ciclo de colóquios que tem vindo a realizar, esta Secção tem programado para o próximo dia 28 de Abril, pelas 21h30, na Sala

Tejo, do edifício novo da Assembleia da República, um debate sobre a Rádio, que contará com a presença de José Manuel Nunes, da RDP, e Santos Silva, da Rádio Clube de Cascais.

SÓCRATES AFIRMA

PORTUGUESES ESTÃO COM MUITA VONTADE DE DAR UMA LIÇÃO AO GOVERNO

"O nosso partido não pode cair no erro de transformar as próximas eleições num colóquio sobre a Europa", afirmou o dirigente socialista José Sócrates, sublinhando que "os portugueses estão com muita vontade de dar uma lição a este Governo".

Falando no dia 14 perante largas dezenas de militantes da Secção da Ajuda, em Lisboa, José Sócrates defendeu que o partido deve centrar a sua estratégia em "mostrar ao eleitorado que a governação económica tem sido desastrosa para Portugal", acrescentando que "o PS tem que ganhar este debate se quer ganhar as eleições".

Quanto ao envolvimento português na guerra do Iraque, que considerou "um erro político", referiu que também este triste episódio deve ser tido em conta pelos eleitores em Junho, e defendeu, a propósito, que o primeiro-ministro "já



deveria ter vindo pedir desculpas aos portugueses".

O dirigente do PS defendeu ainda que "não se deve perder tempo com tiros ao lado, uma vez que já chegou a altura de Durão Barroso deixar de se esconder atrás dos seus ministros".

Referindo que, após dois anos no poder, o "Governo está de cabeça perdida", Sócrates apontou como um sinal de "grande desorientação e fragilidade" o facto de a coligação de direita não ter ainda apresentado um cabeça-de-lista às eleições de Junho.

"Andam há um mês para arranjar um cabeça-de-lista às europeias e não conseguem, porque vários já disseram que não. Haverá maior confissão de fraqueza?", disse.

Questionado pelos militantes a pronunciar-se sobre uma eventual candidatura à Câmara Municipal de Lisboa, Sócrates foi taxativo: "Não há nada pior que candidatos antes do tempo". E acrescentou que a prioridade deve ser de combate político para o próximo desafio eleitoral, as europeias de Junho, que considerou decisivo para o ciclo que terminará nas legislativas de 2006.

SOCIALISTAS DE MIRANDA DO CORVO PEDEM DEMISSÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA

O PS de Miranda do Corvo pediu a demissão da presidente da câmara local, Fátima Ramos, do PSD, por "ter alicerçado a sua vitória eleitoral em 2001 com base numa campanha assente em pressupostos falsos que utilizou para difamar os candidatos socialistas e que se têm vindo a revelar mentirosos". Em causa está o facto de a então vereadora laranja no último mandato socialista à frente do município ter denunciado a diversas entidades alegadas irregularidades na gestão da autarquia, que deram lugar a uma

investigação levada a cabo pelo Polícia Judiciária, Ministério Público e Departamento de Investigação e Acção Penal, que concluiu pela inexistência de qualquer irregularidade, tendo os respectivos autos sido arquivados. Em conferência de imprensa destinada a dar conhecimento do arquivamento dos autos relativos a processos de denúncia, realizada na Federação de Coimbra, os socialistas de Miranda do Corvo consideram "lamentável que, infundadamente, e só por razões estritamente políticas, e quicá pessoais,

se possa denegrir a imagem e a vida de pessoas incorruptíveis, como seriam neste caso os então presidente e vice-presidente da câmara, respectivamente, Jorge Cosme e Mário Ricardo", sublinhando que "faltam agora julgar politicamente as denúncias infundadas, que ajudaram à conquista da autarquia nas eleições de 2001". Por outro lado, os socialistas de Miranda do Corvo garantem ainda que continuarão "a denunciar a inoperância deste executivo municipal, que muito prometeu e nada prometeu".

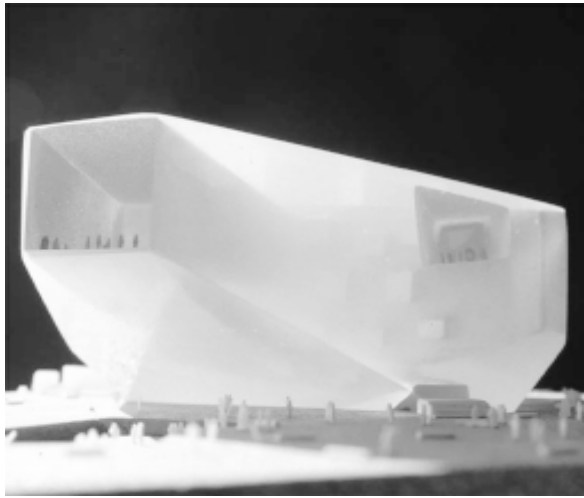
CASA DA MÚSICA

DERRAPAGEM FINANCEIRA
PREOCUPA SOCIALISTAS

O PS vai questionar o Governo acerca da derrapagem de 70 milhões de euros sobre o custo inicialmente previsto para a construção da Casa da Música, aproveitando a presença do ministro Pedro Roseta, esta semana, na Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura.

Em 2001 previa-se que a Casa da Música tivesse um custo final de 30 milhões de euros, mas o presidente da administração, Alves Monteiro, declarou no passado dia 12 de Abril que devem ser atingidos os 100 milhões, nomeadamente através de um empréstimo de 55 milhões de euros contraído junto do Banco Europeu de Investimentos.

Segundo a vice-presidente da bancada socialista Manuela Melo, que fez parte da Comissão Instaladora da Sociedade Porto 2001, a necessidade de contrair empréstimos para a conclusão da obra significa que a Casa da Música não está a receber a transferência de verbas que deveria ser assegurada pelo Executivo. "Os empréstimos contraídos significam seguramente que a tutela não está a fazer atempadamente a transferência de verbas para a Casa da Música e isso é muito grave porque representa a quebra de um compromisso assumido pelo Governo", afirmou, assegurando que "o PS vai questionar o ministro da Cultura".



Nas declarações que fez à imprensa, Manuela Melo também a um requerimento que dirigiu Ministério da Cultura para saber o preço final da construção da obra, sublinhando que até à data não tinha recebido qualquer resposta.

Apesar de afirmar que não dispõe de elementos suficientes para saber a causa da derrapagem financeira, a parlamentar do PS considerou que "a Casa da Música está perto da ruptura" e que "há

alguma coisa que não está bem explicada" relativamente ao custo das últimas empreitadas da obra.

Também o deputado Augusto Santos Silva, considerou que "é essencial que o Governo preste esclarecimentos sobre o valor final da construção do projecto", já que, na sua opinião, "sucedem-se os pedidos de empréstimo para financiar a obra, sem que a tutela e a administração tenham uma ideia clara e rigorosa" sobre o seu custo.

MECENATO CIENTÍFICO

EMPRESAS DEVEM SER AGENTES DINAMIZADORES
DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O projecto de lei socialista sobre o mecenato científico baixou à respectiva comissão parlamentar, no passado dia 14 de Abril, não tendo sido votado a pedido do GP/PS, para ser discutido em conjunto com o diploma do Governo sobre a mesma matéria.

O projecto do PS não refuta a necessidade de actualizar o estatuto do mecenato científico, corporizado na proposta do Executivo, mas acrescenta no seu diploma o reforço dos incentivos à investigação e

desenvolvimento desenvolvidas pelas próprias empresas.

"As empresas não devem encarar a investigação como algo de exterior que podem patrocinar como um bailado ou uma instituição de solidariedade social (...) A investigação deve estar no coração das empresas", defendeu Augusto Santos Silva.

Para o deputado do PS, definir o estatuto do mecenato científico sem reforçar os incentivos fiscais à investigação empresarial tem um duplo

perigo: "Por um lado, qualquer empresa pode obter o máximo benefício fiscal sem investir um cêntimo em Investigação & Desenvolvimento. Por outro, uma empresa que invista milhões em I&D pode não ter qualquer benefício fiscal".

Por sua vez, Eduardo Cabrita corroborou Santos Silva ao explicar que a proposta do Governo é "insuficiente", uma vez que "Portugal não precisa só de mecenas, mas também de empresários que invistam em investigação".

JUSTIÇA

SOCIALISTAS QUEREM OUVIR
CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA

O Partido Socialista entregou no passado dia 14 de Abril um requerimento na Assembleia da República a pedir uma audição urgente do Conselho Superior da Magistratura para avaliar a "actual situação judiciária".

A bancada do PS manifestou assim a sua preocupação com o alegado mau funcionamento da justiça, recordando o

caso do recente cancelamento da tomada de posse de 43 novos juizes por falta de dotação orçamental.

"Este episódio, que é em si mesmo revelador da ausência de planeamento adequado ao nível da nossa administração da justiça, tornou evidente a importância para o Parlamento de ter um diálogo mais activo e cooperante com as próprias

instituições independentes da área da justiça", afirmou o deputado Jorge Lação. A maioria parlamentar de direita votou favoravelmente à audiência com o Conselho Superior de Magistratura, mas distanciou-se das críticas do PS ao Ministério da Justiça, que é acusado de "insuficiência reiterada na tomada de decisões em tempo útil".

CINEMA

PS CONTRA OLIGARQUIA
DE GESTORES

O Governo quer "criar um regime de *apartheid* entre o cinema de autor e o cinema com atractividade comercial". Este o alerta deixado pelo deputado Augusto Santos Silva, no passado dia 16, no debate parlamentar sobre as competências do ICAM, as formas de financiamento do sector e a criação de um fundo de investimento aberto a investidores privados.

Reconhecendo que o projecto de lei das Artes Cinematográficas e do Audiovisual apresentado pela maioria "representa um avanço importante em relação ao que hoje existe, apresentando aspectos positivos, como o alargamento das fontes de financiamento", Santos Silva, frisou que a lei do cinema e audiovisual não pode "criar um sistema perverso de desvio de dinheiros públicos", pelo que o PS "não aceita uma oligarquia de gestores" dos fundos".

As propostas de lei debatidas sexta-feira serão votadas no plenário de amanhã.

TAP

ANUNCIADA DEMISSÃO DE FERNANDO
PINTO DEVE SER ESCLARECIDA

O deputado do PS Miguel Coelho exige que o Governo esclareça se o administrador-delegado da TAP, Fernando Pinto, solicitou a sua demissão ao ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Carmona Rodrigues.

"Embora essa informação tenha sido parcialmente desmentida, no que se refere a um pedido de demissão por escrito, não foi no entanto esclarecida a veracidade do seu conteúdo fundamental, ou seja, se Fernando Pinto pretende sair antecipadamente da empresa", refere deputado socialista em requerimento entregue no Parlamento a 16 de Abril.

De acordo com o Miguel Coelho, "o país tem sido confrontado com a situação de desconforto que os resultados positivos têm provocado ao presidente do Conselho de Administração da empresa, Cardoso e Cunha". "Considera o ministro oportuna e eficaz a configuração actual do Conselho de Administração da TAP e pretende o Governo intervir no sentido de resolver a situação de permanente instabilidade gerada por Cardoso e Cunha?", questiona ainda o parlamentar socialista.

MERCADO ENERGÉTICO

AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA
CHAMADA AO PARLAMENTO

O PS reclama com carácter de urgência a presença do presidente da Autoridade da Concorrência na Comissão Parlamentar de Economia e Finanças para esclarecer questões relativas ao mercado energético em Portugal.

Num requerimento entregue na Assembleia da República, no passado dia 16 de Abril, o deputado socialista Maximiano Martins defende a necessidade de aprofundar a análise destas matérias que "determinam decisivamente a performance competitiva da economia nacional", sobretudo após a Autoridade da Concorrência ter encomendado um estudo ao Cambridge Economic Policy Associates para avaliar os efeitos da reestruturação proposta pelo Governo para o sector do Gás e da Electricidade em Portugal.

Cientes da importância actual da arquitectura do sistema energético, os socialistas exigem que a maioria disponibilize os resultados do referido estudo.

PATRIMÓNIO CULTURAL

NOVO CENTRO PARA PROMOÇÃO
DO BORDADO DE CASTELO BRANCO

Para incentivar "uma verdadeira riqueza nacional" e "um património de valor incalculável que urge preservar", o Partido Socialista propõe a criação de um Centro para a Promoção e Valorização dos Bordados de Castelo Branco.

O deputado do PS Fernando Serrasqueiro apresentou, no passado dia 18 de Abril, em Castelo Branco, um projecto de lei sobre esta matéria, onde se prevê que o Centro controle, certifique e fiscalize a qualidade e genuinidade da produção de bordados regionais, promovendo ainda a formação e valorização profissional nesta área específica.

LEI DE BASES DO DESPORTO NOVO ERRO DO GOVERNO

O Governo aprovou e entregou no Parlamento uma Proposta de Lei de Bases do Desporto e antes de o fazer, não consultou ninguém. Nem sequer o seu próprio órgão de consulta, o Conselho Superior do Desporto. Olhou para uma Proposta de Lei de Bases como se ela não fosse mais que um qualquer conjuntural diploma.

Esqueceu que propor bases implica prévias opções quanto à função do desporto, papel do Estado, das organizações desportivas, saúde e ética, modelo de financiamento, âmbito profissional e não profissional, educação física e escolar, entre outras.

E, manifestamente, o Governo não teve coragem nem capacidade para discutir estes temas com os agentes e estruturas desportivas apesar de, paradoxalmente, no texto da Proposta assumir o que chama de "contexto de partilha de responsabilidades".

Esta será a Lei de Bases do Governo e não a Lei de Bases do Desporto ou do Sistema Desportivo. A distância e as críticas das inúmeras entidades ouvidas em sede de especialidade ilustram e confirmam o erro cometido. Nos tempos de hoje a tomada de consciência do envolvimento social e económico da prática desportiva em Portugal implica novos desafios à inevitável parceria entre o Estado e o movimento desportivo.

"Há Estado a mais no Desporto", diz o Governo sempre que, e são poucas as vezes, lhe ocorre falar sobre o assunto. Até onde vai ou deve ir o Estado?

A Proposta de Lei dispõe: "A intervenção dos poderes públicos no âmbito da política desportiva é complementar e subsidiária à intervenção dos corpos sociais intermédios que compõem o sistema desportivo, num contexto de partilha de responsabilidades – artigo 11º - Princípio da Intervenção Pública".

O que aqui está dito é, preto no branco, que o Governo não tem política desportiva. E assim sendo, limitar-se-á, de forma complementar e subsidiária, a acompanhar os "corpos sociais intermédios" que compõem o sistema desportivo. Ou seja, não assume, não opta, não se responsabiliza. Oferece as medalhas, distribui as condecorações e assiste no camarote.

Ora, o Desporto é portador de valores positivos inalteráveis, e tem uma função educativa e social que faz a sua essência e importa preservar. Não é do Estado a obrigação primeira promessa de o defender?

O modelo de organização do Desporto em Portugal é conhecido e corresponde em grande medida ao modelo europeu construído numa relação de parceria e cooperação entre o Estado e o movimento associativo. Todos estamos comprometidos com este modelo – administração pública, federações, clubes, praticantes, sociedades desportivas, agentes desportivos, etc. – e todos temos a obrigação de o fazer evoluir para nele preservar tudo quanto tem de positivo.

Não defendemos uma organização desportiva meramente concorrencial e privada, privilegiando os seus actores económicos e mercantilizando a prática desportiva, nem um sistema estático e redutor, puramente planificado.

Preservar um modelo é fazê-lo evoluir. E falar de solidariedade activa do desporto profissional com o não profissional como se faz no artigo 6º,

sem apontar sequer onde e como, é permitir a continuação de equívocos perniciosos e admitir uma cada vez maior separação de ambos os sectores com graves consequências a curto e médio prazo.

O desporto é também uma actividade económica mas com especificidades que lhe são próprias. O Estado não pode contentar-se apenas em a regulamentar. Tem de tomar posição. A delegação de poderes não significa demissão de responsabilidades. O interesse público assim obriga.

O Estado não pode, por outro lado, pretender incorporar num órgão que é essencialmente de natureza consultiva do Governo, o Conselho Superior do Desporto, competências fiscalizadoras ou de arbitragem sem apontar o seu enquadramento nas actuais soluções.

A proposta limitação de mandatos dos titulares dos órgãos estatutários não acarretará quaisquer consequências na renovação do dirigismo desportivo como propagandisticamente se pretende fazer crer. Bem mais eficaz e positivo para as estruturas dirigentes desportivos seria a proposição de regras claras e abertas de composição de colégios eleitorais e regras eleitorais facultando o acesso de alternativas e garantindo o livre e democrático direito de participação e voto. Em síntese, abertura, transparência, participação, democracia.

Uma nota também para a criação de um Conselho de Ética Desportiva – artigo 15º da Proposta – com competência para o combate à Violência no Desporto, ao mesmo tempo em que o Governo continua a produzir legislação, dirigida a um Conselho Nacional Contra a Violência no Desporto de que aquele artigo é a formal certidão de óbito. Em 2003 Conselho de Ética, em 2004 Conselho Nacional Contra a Violência. Assim, não.

Esta Proposta de Lei não resiste a uma breve análise mesmo que discreta e despreziosa. Aos 43 artigos da actual lei sucederem 89 se aceitássemos a actual Proposta. O título de campeã do salto em comprimento está-lhe garantido. E a marca pode mesmo melhorar se alguém mais diligentes se propuser, por exemplo, a desvendar a identificação – até aqui secreta – dos chamados "corpos sociais intermédios".

O mais grave de tudo isto é que o desporto português carece de uma reflexão séria, aberta e partilhada por todas as pessoas e estruturas que nele intervêm.

O papel do Estado, da escola, dos clubes, das federações e associações, dos agentes desportivos; o equilíbrio financeiro dos clubes, profissionais e não profissionais e a medida necessária da sua solidariedade; a formação dos quadros técnicos; a dimensão económica e mediática do desporto; a dignificação das representações nacionais; a protecção dos praticantes portadores de deficiência ou em situação de exclusão; a dispersão nacional das infraestruturas e meios técnicos; o financiamento do sistema desportivo. A solução de facilidade, que esta Proposta de Lei traduz, é evitar a discussão destas questões como se elas não existissem ou então não fossemos capazes de os resolver.

Se assim se fizer, o desporto em Portugal ficará refém dos seus próprios problemas e definhará. Não haverá evento, europeu ou mundial, que com o seu êxito o disfarce.

LAURENTINO DIAS

COORDENADOR DO GP/PS
PARA A ÁREA DO DESPORTO

O Desporto é portador de valores positivos inalteráveis, e tem uma função educativa e social que faz a sua essência e importa preservar. Não é do Estado a obrigação primeira promessa de o defender?



UARTE!!

Os objectivos de equilíbrio das contas públicas e do controlo do défice definidos pelo actual Governo, de uma forma obsessiva diria eu, levaram à implementação de medidas que, nas mais variadas áreas, num prazo mais ou menos curto, resultaram num retrocesso real em relação àquilo que o país já conhecia. A extinção da Unidade de Apoio à Rede Telemática Educativa (UARTE) no âmbito do ex-Ministério da Ciência e Tecnologia e a passagem das acções cometidas a essa Unidade para a responsabilidade do Ministério da Educação (ME), de acordo com despacho de Novembro de 2003, são um bom exemplo disso mesmo.

Ora, quem estava habituado a recorrer às actividades desenvolvidas pela UARTE facilmente ficará chocado com o facto de se aguardarem ainda "orientações superiores sobre os serviços (...)" que serão disponibilizados", tal como se refere no site da própria Unidade. Ou seja, há mais de cinco meses que a equipa da UARTE aguarda instruções do Ministério que agora a tutela, para continuar, ou não, a desenvolver a sua meritória actividade. Mas para provar que estamos perante uma medida irresponsável e de consequências altamente negativas para toda a comunidade educativa, importaria fazer um pouco de história.

A UARTE foi criada em 1997 e era responsável pela coordenação, acompanhamento e desenvolvimento do Programa Internet na Escola (PIE), um programa que, através da RCTS (Rede Ciência Tecnologia e Sociedade), fez chegar, gratuitamente, a Internet a todas as escolas do país, a bibliotecas públicas, a museus, associações profissionais e outras instituições científicas. Tratou-se de uma medida posta em prática pelo ex-ministro da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, uma personalidade a quem o país deve muito pela aposta clara no desenvolvimento científico e tecnológico do nosso país.

Com a UARTE, pretendia-se incentivar as escolas para a utilização educativa da Internet através da produção de conteúdos científicos e tecnológicos disponibilizados na Rede e do desenvolvimento de actividades telemáticas nas escolas, isto através de determinadas estratégias. Uma delas era a disponibilização de um servidor WWW que constituía o ponto de lançamento de toda a animação para a comunidade educativa envolvida no PIE, composto por um extenso conjunto de actividades, ferramentas e materiais educativos, serviço de e-mail, videoconferência, alojamento de sites, chat, entre outras. Para além disso, a UARTE era constituída por professores que dinamizavam sessões de utilização da Internet nas escolas de todos os ciclos e disponibilizava o NetMóvel, uma carrinha equipada com onze computadores que circulou pelo país com a finalidade da promoção da utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). A este propósito, nos últimos meses, a carrinha nunca mais se viu em concheiro nenhum por, eventualmente, ter sido cortado o gásóleo para a sua circulação!!!

Na verdade, este Governo e, em particular, este ministro da Educação, têm brindado o país com montes de irresponsabilidades deste tipo. Para este ministro da Educação, o importante é cortar nas despesas e isso, como é óbvio, leva também ao desmantelamento de estruturas educativas como a UARTE ou o Instituto de Inovação Educacional, escolhidas aleatoriamente. Mas a questão, mesmo para os tecnocratas, está em sabermos se esse desmantelamento não trará muito mais prejuízos para o país! Para este ministro, governar tem sido mais destruir do que criar soluções para os problemas que, estruturalmente, o sector da Educação atravessa. Tem sido mais retroceder do que dar passos em frente! Tem sido mais interromper do que continuar, mesmo aquilo que estava a correr bem! Mas essa estratégia, infelizmente, não resolve os problemas da Educação em Portugal. Pelo contrário, ainda os agrava!! Por isso, que bom seria podermos dizer que este ministro não fez nada pelo sector!! Fez sim senhor!! Muita asneira!!



LUÍS MIGUEL FERREIRA

S. JOÃO DA MADEIRA

A UARTE foi criada em 1997 e era responsável pela coordenação, acompanhamento e desenvolvimento do Programa Internet na Escola (PIE), um programa que, através da RCTS (Rede Ciência Tecnologia e Sociedade), fez chegar, gratuitamente, a Internet a todas as escolas do país, a bibliotecas públicas, a museus, associações profissionais e outras instituições científicas.

A EUROPA E O FUTURO DO PAÍS

A 13 de Junho, seremos chamados a eleger 24 deputados para o Parlamento Europeu. Quem são os adversários do PS nestas eleições? O que temos nós, Partido Socialista, a oferecer neste acto eleitoral?

ANTÓNIO GAMEIRO

MEMBRO DA COMISSÃO NACIONAL DE JURISDIÇÃO

1. A abstenção

Em primeiro lugar dela depende politicamente o nosso segundo adversário, a coligação PP/PSD. Não basta estarmos preocupados, apreensivos, temos que

tentar perceber e combater as razões conjunturais e mais profundas para esta quase certa abstenção.

Segundo uma sondagem publicada na semana passada, a taxa de abstenção nestas eleições europeias seria de 69,4 por cento.

Por que razão é então importante votar nestas eleições europeias?

Em primeiro lugar, por causa do alargamento a Leste. É importante dar um sinal claro aos países que entrarão a 1 de Maio que somos capazes de uma participação eleitoral elevada, porque de certo que as suas taxas de participação tenderão a ser mais altas do que as dos actuais membros. Por outro lado, estas eleições são as primeiras depois da entrada em vigor do Tratado de Nice. Isto significa não só que o Parlamento Europeu tem um papel acrescido na escolha do presidente da Comissão europeia, como tem maiores poderes por via do processo de co-decisão na adopção da legislação comunitária.

Há ainda outro dado da sondagem que referi para o qual gostaria de chamar a vossa atenção: a amostra. Foram entrevistadas 600 pessoas, 319 das quais mulheres. Sabemos que o eleitorado feminino é o menos propenso a ir votar. É por isso às mulheres portuguesas que temos que dedicar grande parte dos nossos esforços de sensibilização para a importância de votarmos nestas eleições. As mulheres são hoje, em Portugal, o rosto da desigualdade: são os rostos femininos que invadem os ecrãs das televisões quando as fábricas fecham, é a elas que dizem que devem ficar em casa e optar pelo trabalho a tempo parcial. Uma tentativa clara de as retirar do mercado de trabalho, retirando-lhes assim uma das formas de participação activa na sociedade e a possibilidade de defender os seus direitos políticos, económicos e sociais. A nossa principal adversária é portanto a abstenção. Porque eu já estou a imaginar o dr. Durão Barroso, na noite de 13 de Junho, menosprezando a vitória que não duvido que o PS terá neste acto eleitoral, minimizando-a face a uma elevada taxa de abstenção.

2. A coligação CDS-PP/PSD

A par da abstenção, o nosso adversário é esta coligação incoerente e que junta visões tão distintas da Europa do futuro, como uma visão supostamente social-democrata e outra euro-realista ou eurocalma. Eu até admito que as pessoas mudem de ideias, evoluam, mas não percebo o conceito de eurocalma. Uma vez eleitos, os eurodeputados do PP irão provavelmente juntar-se ao grupo parlamentar dito da "Europa das Nações". E o que é esta "Europa das Nações"? É uma Europa dos nacionalismos, uma Europa da caridade. Essa não é a nossa Europa!

Embora, por um lado, nos convenha explorar nestas eleições europeias aspectos da política nacional, o facto de se tratar de eleições europeias também joga a nosso favor. Mobilizar os portugueses para o voto no dia 13 de Junho é mostrar os benefícios da Europa e associá-los ao PS. O PSD está novamente refém de um CDS/PP eurocéptico e antieuropeu.

A Comissão Nacional de Eleições está a preparar uma campanha de sensibilização dos cidadãos para o voto. Convém-nos estudá-la e complementá-la. A campanha do PS tem uma oportunidade única a explorar, graças a este nosso segundo adversário. O PS deve pois mostrar as vantagens associadas à integração europeia no dia-a-dia dos portugueses. Isto exige mensagens claras: o euro, as taxas de juro para o crédito à habitação antes e depois da adesão...

Há fortes razões para pensar que se conseguirmos demonstrar de forma simples e clara os benefícios da participação na UE, essas pessoas votarão PS, o único partido claramente europeísta que se apresenta aos portugueses.

3. Aproveitar as oportunidades da integração europeia

A Europa trouxe-nos estabilidade democrática e económica, enquadrou-nos também num grupo de países empenhados em promover direitos e liberdades fundamentais e a paz e a segurança no continente europeu.

A estratégia de Lisboa, lançada pela presidência portuguesa em 2000, é hoje o referencial por excelência quando se trata do modelo de desenvolvimento económico e social sustentável da União Europeia. E o que se decidiu em Lisboa? Tornar a Europa, até 2010, o espaço do mundo mais competitivo, baseado na sociedade do conhecimento. E não só, e aqui é que se encontra a especificidade europeia, marcadamente socialista, em relação aos EUA: com mais e melhores empregos e mais coesão social. É importante que nos mantenhamos atentos e que consciencializemos os cidadãos para todas as oportunidades que a UE nos oferece e que temos que ser capazes de aproveitar. Muito se joga, lá longe, em Bruxelas. E com consequências tão perto de nós. A opção europeia pode até não ter alternativa, mas a nossa Europa não é, com certeza, a Europa retrógrada e conservadora assumida pelo PP e assumida pela coligação CDS-PP/PSD.

Por isso, eu não defendo só o cartão amarelo e refuto o voto em branco, clamando aos socialistas e aos portugueses em geral por um voto maciçamente vermelho!

Esta rubrica designada "Correio dos Leitores" está aberta a todos os militantes que pretendam enviar-nos os seus pontos de vista sobre questões que considerem relevantes. A direcção do "Acção Socialista" reserva-se o direito de ajustar a dimensão dos textos em função do espaço disponível.

Os endereços são: accasocialista@ps.pt ou, por correio normal, para Partido Socialista, Largo do Rato, 2 - 1269-143 Lisboa

Ganhar o termalismo

Recebendo mais uma edição do "Acção Socialista" com data de 24 de Março de 2004, verifico que os nossos deputados tecem alguns considerandos sobre o balanço negativo destes dois últimos anos de governação PSD/PP.

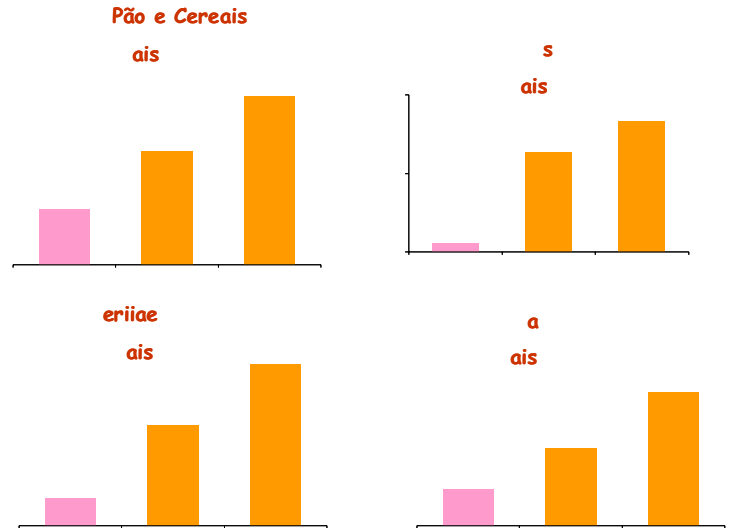
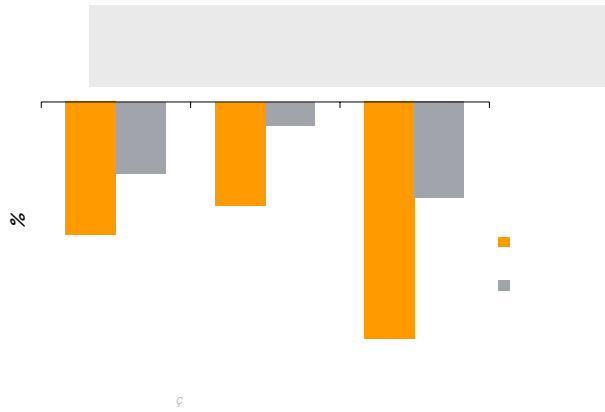
Todos os reparos relatados neste artigo são importantes para que o eleitorado possa verificar do logro em que caíram as promessas eleitorais. No entanto, há uma área que sistematicamente tem sido esquecida pelos nossos deputados e cuja importância para a reviravolta da economia do Alto Tâmega e Barroso é por excelência a maior batalha a ter que ser ganha. "Termalismo". Porquê abandonado? Porque se permite que continuem a ser engarrafadas as vertentes de engarrafamento com total desprezo para a área Termal, cujo reflexo social pode ser deveras importante? Lembro que o início destas concessões mineiras teve como única razão da sua aplicação o Termalismo e não o Engarrafamento, que em tal data ainda não se fazia. Não tenho dúvidas que este tema deveria ser cavalo de batalha para perguntar aos actuais autarcas porque não se passa das promessas ao trabalho? Reparem que os três municípios do Alto Tâmega e Barroso

que têm as mais importantes termas deste País são do principal partido do actual Governo. Estamos perto de mais umas eleições, nesta região era importante dar um sinal de reviravolta. Mas também é importante que a vida política a nível concelhio seja analisada seriamente porque após certos acidentes, os que nada valem continuam teimosos, fazendo perder a credibilidade de todos aqueles que gostariam de ver o seu partido novamente pujante. O PS sempre se apresentou como um partido mais justo e sério para com o Povo, é preciso passar à prática, dar passos seguros, saber escolher os dirigentes políticos locais (pelo seu valor pessoal demonstrado e não na base dos canudos do Doutoramento), para uma mudança oportuna e necessária justificada pelos erros cometidos que levaram à perda da maioria das câmaras socialistas em Trás-os-Montes. Temos que fazer chegar a hora de mudança.

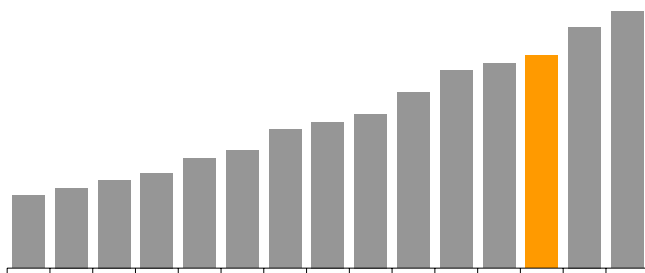
Palavras sérias, coerentes e sem medo de o demonstrar, é a razão deste texto, o meu PS só por mim pode ser respeitado se os seus dirigentes cumprirem com lealdade os princípios fundamentais da democracia que para todos nós pretendemos.

Joaquim M.S. Pires Ferreira

OS NÚMEROS DA CRISE ECONÓMICA E SOCIAL



Índice Harmonizado de Preços no Consumidor em Fevereiro de 2004
2 meses



ó

Numa das maiores operações de manipulação montadas em Portugal por um Governo, o ministro Morais Sarmento anda a tentar iludir os portugueses com a ideia de que o 25 de Abril foi só evolução.

Não foi. Foi revolução.

Mas mesmo que tivesse sido só evolução então a verdade manda dizer que o bem-estar dos portugueses evoluiu até 2002 e piorou com a políticas do dr. Durão Barroso.

Os salários estão congelados, os produtos de primeira necessidade aumentaram e tem o 3º crescimento de preços mais alto da Europa.

Evolução dr. Durão Barroso?

Consigo foi involução.

Acção
Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33
DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal
ou para accaossocialista@ps.pt

w w w . p s . p t / a c c a o